



Relatório de Gestão

Exercício 2014

Relatório de Gestão Exercício 2014

FACTI

Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação

Sede **CNPJ 02.939.127/0001-04**

Rod. Dom Pedro I Km 143,6 – Jd. Sta. Mônica
Campinas, SP
CEP 13069-901

Filial Ribeirão Preto **CNPJ 02.939.127/0002-87**

Rua Mariano Pedroso Almeida, 259, 1º andar – Alto da Boa Vista
Ribeirão Preto, SP
CEP 14.025-540

Filial Atibaia **CNPJ 02.939.127/0003-68**

Rod. Dom Pedro I Km 87 – Jd. Kanimar
Cond. Empresarial Barão de Mauá
Atibaia, SP
CEP 12.954-260

Secretário Executivo

Alexandre Cândido de Paulo
alexandre.paulo@facti.com.br

Sumário

1 BALANÇO FINANCEIRO DO ANO BASE 2014.....	6
1.1 RECEITA OBTIDA EM 2014.....	6
1.2 DESPESAS REALIZADAS EM 2014.....	7
1.3 CONSOLIDAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO EM 2014.....	8
1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO 2014.....	8
1.4.1 Fator 1: Parcela ADM não transferida.....	8
1.4.2 Fator 2: Receitas esperadas e não recebidas em 2014.....	9
1.4.3 Fator 3: O crescimento no número de contratos.....	9
1.4.3.1 A evolução do indicadores.....	10
1.4.3.2 Execução de Projetos vs. Execução de Contratos.....	12
1.4.3.3 O modelo de valoração dos contratos.....	13
1.4.3.4 O impacto financeiro da execução dos contratos.....	13
1.4.3.5 Avaliação e proposta de encaminhamento.....	16
2 DETALHAMENTO DAS RECEITAS NO ANO BASE 2014.....	18
2.1 ATIVIDADES TECNOLÓGICAS E DE GESTÃO (ATG).....	18
2.1.1 Contexto da Fonte.....	18
2.1.2 Receita Obtida com a Realização de Atividades Tecnológicas e de Gestão (ATG).....	18
2.2 CONTRATOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO OU GESTÃO (CPDG).....	19
2.2.1 Contexto da fonte.....	19
2.2.2 Receita Obtida com a execução de Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento ou Gestão (CPDG).....	20
2.3 CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO (CC).....	20
2.3.1 Contexto da Fonte.....	20
2.3.2 Receita Obtida com a execução de Convênios de Cooperação (CC).....	20
2.4 RECEITA OBTIDA DOS RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	20
2.5 POSIÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DA FACTI.....	24
3 RECEITAS, DESPESAS E PROVISÕES DIVERSAS.....	25
3.1 DEPÓSITOS NO FUNDO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS (PPI).....	25
3.2 COMPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA PARA P&D E RECOLHIMENTO DE RDA.....	25
3.3 SITUAÇÃO DE FUNDO DE RESERVA DA FACTI.....	26
3.4 PAGAMENTOS REALIZADOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.....	27
3.5 IMPOSTOS A RECUPERAR.....	27
3.5.1 Depósito judiciais de ICMS.....	27
3.5.2 Compensação de ISSQN.....	29
4 RESULTADO CONTÁBIL.....	31
5 PROJETOS E CONTRATOS VIGENTES EM 2014.....	33
5.1 CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO.....	33

5.1.1	Subgrupo I: Ações intensivas em infraestrutura.....	35
5.1.1.1	Implantação de parque tecnológico no campus do CTI (CTI-TEC).....	35
5.1.1.2	Ampliação física da área laboratorial do CTI (GALPÃO).....	36
5.1.1.3	Complementação da implantação do parque tecnológico e da ampliação física da área laboratorial do CTI (INFRACTI).....	36
5.1.1.4	Desenvolvimento de tecnologias de empacotamento para sistemas eletrônicos avançados (EMPAVAN).....	37
5.1.1.5	Recuperação de instalações destinadas a projetos multiusuário em nano fabricação para microeletrônica (LAMU).....	37
5.1.1.6	Desenvolvimento de competências em energia solar fotovoltaica integrada às edificações e tecnologias fotovoltaicas orgânicas (VOLTAICO 2).....	38
5.1.1.7	Laboratório de imageamento para micro/nanoeletrônica e tecnologia 3D (LIMICRO).....	38
5.1.2	Subgrupo II: Gestão e redes tecnológicas.....	39
5.1.2.1	Rede Sibratec de centros de inovação em eletrônica para produtos (CIEPP).....	40
5.1.2.2	Estruturação do Arranjo de NIT's das regiões de São Paulo e sul de Minas Gerais (RDMAN-TIQ).....	41
5.1.2.3	Gerenciamento da Rede de Microeletrônica e supervisão dos projetos de dispositivos micro eletrônicos (SIBRACIBR).....	41
5.1.2.4	Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (GESTÃO PDE).....	42
5.1.2.5	Programa de Capacitação em Projetos de CI – Implantação de Centro de Treinamento (CI-BRCTS).....	42
5.1.2.6	Gestão financeira e administrativa do CTI-Tec.....	43
5.1.3	Subgrupo III: Desenvolvimento de processos e dispositivos.....	43
5.1.3.1	Desenvolvimento de CI's tolerantes à radiação (CITAR).....	44
5.1.3.2	Desenvolvimento tecnológico e inovação em tecnologia assistiva no CTI Renato Archer (DTI-TA).....	44
5.1.3.3	Desenvolvimento de circuito integrado para energy harvesting: caracterização e qualificação (EH01CQ).....	45
5.1.3.4	Desenvolvimento de tecnologia para tratamento de resíduos eletrônicos (REMATRONIC).....	45
5.1.3.5	Estudo de permeabilidade e porosidade de corpos de prova sintéticos utilizando tecnologias tridimensionais (DT3DBR).....	46
5.1.3.6	Dispositivos de memórias semicondutores nanoestruturados (MEMRISTOR).....	46
5.1.3.7	Plataforma para Desenvolvimento de Circuitos Integrados Fotônicos em Silício (SMART II).....	47
5.1.3.8	Inovações Tecnológicas E Infraestrutura Para Apoiar A Distribuição De Serviços De Internet De Banda (NGINOVA).....	47
5.1.4	Subgrupo IV: Desenvolvimento de softwares e sistemas.....	48
5.1.4.1	Implementação da CERTICS – Certificação de Tecnologia Nacional de Software (CERTICS).....	48
5.1.4.2	Novas metodologias de desenvolvimento e teste de software (BR-AUTO).....	49
5.2	CONTRATOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO OU GESTÃO.....	49
5.2.1	Subgrupo I: Serviços continuados.....	50
5.2.1.1	Serviços continuados de apoio administrativo (TERC-CTI).....	51
5.2.1.2	Serviços continuados de apoio técnico e administrativo (LANAGRO-SP).....	51

5.2.1.3	<i>Serviços continuados de apoio técnico e administrativo (LANAGRO-MG)</i>	52
5.2.2	Subgrupo II: Organização e gestão de processos.....	52
5.2.2.1	<i>Expansão da plataforma de coleta de dados pluviométricos – Fase I (CEMADEN-INT)</i>	53
5.2.2.2	<i>Expansão da plataforma de coleta de dados pluviométricos – Fase II (CEMADEN-INT II)</i>	54
5.2.2.3	<i>Acreditação laboratorial no CTI (ACREDITAÇÃO)</i>	54
5.2.3	Subgrupo III: Especificação e desenvolvimento de sistemas.....	55
5.2.3.1	<i>Implantação e desenvolvimento do sistema de gerenciamento de informações tecnológicas (SIGTEC)</i>	55
5.2.3.2	<i>Desenvolvimento dos sistemas SALVAR e SGRP – Fase I (CEMADEN-DEV)</i>	56
5.2.3.3	<i>Desenvolvimento dos sistemas SALVAR e SGRP – Fase II (CEMADEN-DEV II)</i>	57
5.2.3.4	<i>Processo de compras colaborativas (COMCOLAB)</i>	57
5.2.3.5	<i>Base de dados de atividades cibernéticas (ORÁCULO)</i>	58
5.2.3.6	<i>Arquitetura de software para gestão de riscos de segurança (SLTI)</i>	58
5.2.3.7	<i>Desenvolvimento de metodologia de avaliação dos RDAs (AVALRDA)</i>	59
5.2.4	Subgrupo IV: Desenvolvimento de processos, materiais e dispositivos.....	59
5.2.4.1	<i>Tecnologias tridimensionais aplicadas na saúde (3DSAÚDE)</i>	60
5.2.4.2	<i>Aprimoramento de hardware e software do sistema de votação eletrônico (TSE III)</i>	61
5.2.4.3	<i>Reparo de displays das urnas eletrônicas (TSE-DISPLAYS)</i>	61
5.2.4.4	<i>Curva de desempenho e análise de perfil comportamental (COELCE-PC)</i>	62
5.2.4.5	<i>Desenvolvimento de materiais poliméricos (COELCE-MP)</i>	62
5.2.4.6	<i>Sistema integrado antifurto (CELESC)</i>	63
6	CONCLUSÃO	64

Índice de tabelas

Tabela 1.	Valores de Receita Obtida para as diferentes fontes. Ano Base 2014.....	6
Tabela 2.	Valores das despesas realizadas pela Administração. Ano Base 2014.....	7
Tabela 3.	Saldo financeiro da FACTI no ano de 2014.....	8
Tabela 4.	Relação das Parcelas ADM recebidas mas não contabilizadas como receita da Administração em 2014.	8
Tabela 5.	Receita não recebida em 2014 por inadimplência das fontes pagadoras.....	9
Tabela 6.	Diferenças no modelo de execução por contratos e projetos.....	10
Tabela 7.	Evolução do nº de profissionais contratados no período de 2010 a 2014.....	14
Tabela 8.	Valores de custo de mão de obra mensal que precisam ser adiantados com recursos da Administração. Contratos vigentes em dezembro de 2014.....	15

Tabela 9. Valores recebidos em 2014 com a realização de atividades tecnológicas regulares em parceria com o CTI Renato Archer.....	19
Tabela 10. Valores recebidos em 2014 com a execução de contratos de pesquisa e desenvolvimento.....	21
Tabela 11. Projetos financiados no exercício 2014 com recursos provenientes dos convênios de cooperação... ..	23
Tabela 12. Saldo das contas corrente da administração em 31/12/2014.....	24
Tabela 13. Liberações de recursos do Fundo PPI efetuadas em 2014.....	25
Tabela 14. Composição de Fundo de P&D. Ano Base 2014.....	26
Tabela 15. Pagamentos realizados para servidores públicos no exercício 2014.....	27
Tabela 16. Relação dos valores de ICMS depositados em juízo.....	28
Tabela 17. Carteira de projetos e contratos vigentes em 2014.....	33
Tabela 18. Carteira de projetos e contratos vigentes em 2014.....	33
Tabela 19. Entidades co-executoras dos convênios de cooperação relacionados à gestão de redes.....	39
Tabela 20. Carteira de contratos de p&d ou gestão vigentes em 2014.....	49

Índice de figuras

Figura 1. Gráfico da evolução da Receita Bruta e Parcela ADM no período de 2010 a 2014.....	11
Figura 2. Gráfico da evolução das principais fontes de receita da Facti no período de 2010 a 2014.....	11
Figura 3. Gráfico da evolução das despesas da Administração da Facti de 2010 a 2014.....	15
Figura 4. Gráfico da evolução do rendimento da arrecadação decorrentes do rendimento de aplicação financeira no período de 2010 a 2014.....	16
Figura 5. Comparação da receita oriunda do rendimento de aplicação financeira com o valor das despesas anuais da administração.....	16
Figura 6. Opinião dos auditores independentes sobre o balanço contábil do exercício 2015. Fonte: Relatório dos Auditores Independentes.....	31
Figura 7. Quadro de indicadores de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício 2014.....	32

1 BALANÇO FINANCEIRO DO ANO BASE 2014

Neste capítulo são apresentados números e indicadores sobre as receitas e despesas da FACTI no período de janeiro à dezembro de 2014, e discutidos os eventos que influenciaram no resultado do exercício.

1.1 Receita Obtida em 2014

A receita financeira da FACTI advém dos recursos captados através de quatro fontes de receita: (i) execução de atividades tecnológicas e de gestão; (ii) execução de contratos de pesquisa e desenvolvimento e gestão; (iii) execução de convênios de cooperação; e (iv) rendimentos de aplicação financeira. Na Tabela 1 são apresentados os montantes efetivamente obtidos (**Receita Obtida**) para cada uma destas fontes.

Tabela 1. Valores de Receita Obtida para as diferentes fontes. Ano Base 2014.

Fonte de Receita	Descrição da Fonte	Receita Obtida (R\$)	ADM-FACTI (R\$)
Atividades Tecnológicas ou de gestão	Atividades realizadas sob demanda de agentes externos, em parceria ou não com as divisões tecnológicas do CTI Renato Archer.	1.861.085,64	255.802,39
Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento ou Gestão	Contratos firmados com entidades públicas ou privadas.	19.928.412,87	2.501.402,89
Convênios de Cooperação	Convênios estabelecidos com entidades públicas ou privadas.	17.483.624,69	934.260,96
Aplicações Financeiras	Rendimento de aplicação financeira sobre recursos depositados nas contas correntes da FACTI.	108.512,98	108.512,98
Saldo 2013	Saldo financeiro transportado do exercício 2013	17.105,08	17.105,08
TOTAL		39.398.741,26	3.817.084,30

O valor **ADM-FACTI** corresponde à parcela da **Receita Obtida** retida pela Fundação para manutenção de suas atividades, sendo o parâmetro considerado para a consolidação do **Resultado Financeiro**.

Excetuada a parcela da ADM-Facti, a **Receita Obtida** é destinada à execução dos projetos, contratos e atividades tecnológicas. Detalhes relacionados a cada uma destas fontes são apresentados mais à frente neste documento.

1.2 Despesas Realizadas em 2014

Na Tabela 2 são apresentadas as despesas realizadas pela administração no ano de 2014. Estas estão consolidadas por rubricas definidas arbitrariamente pela Administração.

Tabela 2. Valores das despesas realizadas pela Administração. Ano Base 2014.

Elemento de Despesa	Descrição	Valor Realizado (R\$)	
Assinaturas e anuidades	Assinaturas de periódicos e anuidades de entidades às quais a FACTI está associada	4.777,45	
Alimentação	Vale alimentação para estagiários e bolsistas	4.258,75	
Capacitação	Cursos de treinamentos para a equipe da administração	20.277,00	
Correio e cartório	Autenticação e encaminhamento de documentos	26.137,64	
Custo de mão de obra	Vencimentos e encargos trabalhistas da equipe ADM	4.006.292,92	
Despesas bancárias	Manutenção das contas bancárias abertas pela administração	6.498,53	
Diárias e Reembolso de despesas	Diárias e reembolsos de despesas efetuadas em atividades de trabalho	28.035,96	
Despesas Correntes (Custeio)	Hospedagem	Despesas com hospedagem durante a execução de atividades de trabalho	7.779,06
	Impostos	Recolhimentos esporádicos de IRRF, INSS e tributos municipais	6.911,47
	Material de consumo	Material de consumo para escritório	36.396,46
	Passagens aéreas	Despesas de deslocamento para realização de atividades de trabalho.	45.511,24
	Publicação no DOU	Publicação de extratos de contratação no DOU	9.364,56
	Ressarcimento CTI	Ressarcimento ao órgão pelo uso da infraestrutura institucional	150.660,60
	Serviços de Terceiros	Contratação de serviços de pessoa física e jurídica	464.052,93
	Suprimento de Fundo	Despesas de pequena monta pagas pela ADM	486,80
	Telefonia e TI	Despesas com telefonia fixa, móvel e internet	12.044,76
	Investimentos	Materiais e equipamentos	Aquisição de equipamentos necessários para as operações da administração
TOTAL DE DESPESAS		4.834.721,01	

1.3 Consolidação do Resultado Financeiro em 2014

Confrontado as **Despesas Realizadas** com a parcela **ADM-FACTI** da **Receita Obtida**, obtém-se o Resultado Financeiro do exercício 2014. Conforme apresentado na Tabela 3, a FACTI encerrou o ano com resultado financeiro de **R\$ -1.017.636,71**.

Tabela 3. Saldo financeiro da FACTI no ano de 2014.

Receita / Despesa	Valor (R\$)
Parcela FACTI da Receita Real (A)	3.817.084,30
Despesas Realizadas (B)	4.834.721,01
SALDO FINANCEIRO (A – B)	-1.017.636,71

1.4 Considerações sobre o resultado do exercício 2014

A parcela de receita da administração que ficou **pendente de transferência** ou de **recebimento** é expressiva, totalizando **R\$ 890.314,31**.

Outro fator que impactou nas atividades da Administração foi o crescimento da quantidade de contratos de p&d, haja vista que são contratos de grande porte, que precisaram ser rapidamente estruturados.

Estes argumentos são apresentados abaixo.

1.4.1 Fator 1: Parcela ADM não transferida

A Tabela 3 apresenta a relação das parcelas de despesas operacionais dos contratos que não foi transferida para as contas da administração dentro do exercício 2014.

Tabela 4. Relação das Parcelas ADM recebidas mas não contabilizadas como receita da Administração em 2014.

Contratante/ Participe	Nº Instrumento Jurídico	Projeto / Contrato	Parcela Bruta (R\$)	Parcela ADM não transferida em 2014 (R\$)
CTI Renato Archer	216/2013	ORÁCULO	562.500,00	131.907,78
	228/2014	AVALRDA	510.000,00	87.779,64
	248/2014	CEMADEN-DEV II	139.100,00	19.604,78
	249/2014	CEMADEN-INT II	1.095.711,00	162.128,09
COELCE	5800009413	COELCE-MP	29.664,14	2.726,02
	5600001870	COELCE-PC	49.078,56	5.138,92
BNDDES	13.2.0837.1	REMATRONIC	1.762.234,75	51.765,68
				461.050,91

A não transferência se explica pela falta de fluxo de caixa positivo nas contas contratuais. Assim, embora o valor integral do pagamento tenha sido contabilizado como Receita Bruta, as parcelas da Administração não o foram.

1.4.2 Fator 2: Receitas esperadas e não recebidas em 2014

Também devem ser consideradas na avaliação do resultado financeiro negativo as receitas (Bruta e Parcela ADM) que ficaram pendentes em função da inadimplência dos contratantes ou partícipes. Estas constam da Tabela 5.

Tabela 5. Receita não recebida em 2014 por inadimplência das fontes pagadoras.

Contratante/Partícipe	Contrato	Parcela ADM não recebida (R\$)	Origem
CTI Renato Archer	182/2012	13.392,40	Repactuação de contrato
	217/2013	17.701,21	Repactuação de contrato
	214/2013	5.640,52	Repactuação de contrato
	178/2011	1.228,44	Repactuação de contrato
LANAGRO – SP	02/2012	55.289,54	Repactuação de contrato
	02/2012	98.351,77	Parcela ADM das notas fiscais pendentes de pagamento (nº 1390,1424,1425,1451,1452, totalizando R\$ 499.545,74)
LANAGRO - MG	16/2013	3.662,01	Parcela referente à notas fiscais pendentes de pagamento (nº 1462, no valor de R\$ 44.526,77)
MCTI	01.0001.00/2007	121.947,28	Ressarcimento referente à gestão do convênio em 2013
		64.884,21	Ressarcimento referente à gestão do convênio em 2014
Tribunal Superior Eleitoral	61/2014	47.166,02	Imposto indevidamente retido nas notas nº 1434 e 1435
		429.263,40	

1.4.3 Fator 3: O crescimento no número de contratos

O resultado financeiro do exercício 2014 também está relacionado com a mudança no modelo de relacionamento entre o CTI e a Facti, ocorrido nos últimos dois anos, onde exercitou-se uma exploração mais intensa das cooperações estabelecidas por meio de contratos de prestação de serviço, quando o modelo convencional é aquele baseado na execução de projetos por meio de convênios de cooperação.

Estes dos modelos são discutidos em detalhes mais adiante. Resumidamente, os principais aspectos que os distinguem estão resumidos na Tabela 6.

Tabela 6. Diferenças no modelo de execução por contratos e projetos.

PROJETOS	CONTRATOS
<ul style="list-style-type: none">• Regulados por convênios de cooperação;• As entidades são partícipes;• A responsabilidade pela execução técnica é do CTI;• Os recursos são disponibilizados antes da execução, mediante apresentação de recibo;• Os entregáveis técnicos são apresentados pelo CTI anualmente	<ul style="list-style-type: none">• Regulados por contratos de prestação de serviços;• As entidades são partes;• A responsabilidade pela execução técnica é da Facti;• Os recursos são disponibilizados após a execução, mediante apresentação de nota fiscal;• Os entregáveis técnicos são apresentados pela Facti mensalmente;

O contrato é um modelo de execução que interessa à Fundação. Ele possibilita o ajuste das margens operacionais, geralmente rígidas e pequenas nos convênios, e força que a execução dos objetos ocorra nos prazos planejados.

No entanto, pelas diferenças listadas, fica evidente que a atuação da administração e métricas de valoração destas ações precisam ser ajustadas ao novo modelo, o que não foi plenamente alcançado em função do volume com que estas demandas surgiram. Em suma, o modelo de negócio precisa ser ajustado.

Como discutido no próximo item, os indicadores mostram um aumento das atividades e receitas que pode ser atribuído à execução dos contratos. Ou seja, são ações saudáveis para a Fundação, desde que os processos operacionais sejam ajustados para suas características, o que deve ser buscado pela Administração em 2015.

1.4.3.1 A EVOLUÇÃO DO INDICADORES

Como pode ser visto nas figuras 1 e 2, a receita de 2014 é a maior dos últimos cinco anos. Em verdade, é a maior já obtida pela Fundação, alcançando quase 40 milhões de reais. Os contratos de pesquisa e desenvolvimento ou gestão respondem por 50% desta receita.

Este tipo de operação distingue-se dos projetos de pesquisa porque exige que o corpo técnico da Fundação e sua Administração assumam plena responsabilidade pela execução técnica, cabendo aos servidores do CTI o acompanhamento da execução. É uma responsabilidade muito distinta da observado nos projetos de pesquisa regulados por convênios.

Este modelo começou a ganhar escala no último bimestre de 2012, quando 4 contratos foram assinados com o CTI; em 2014 haviam 10 contratos em execução durante o ano, e mais quatro foram assinados em dezembro. O ano de 2014 inicia com 10 contratos em

execução. Ou seja, é um modelo que conquistou espaço muito rapidamente, o que se explica pelo fato de possibilitar o alcance mais rápido dos resultados almejados. Este modelo de apoio da Facti ao CTI está relacionado com a maior dedicação deste órgão à execução de políticas públicas, um movimento bastante claro que vem ocorrendo nos últimos 3 anos.

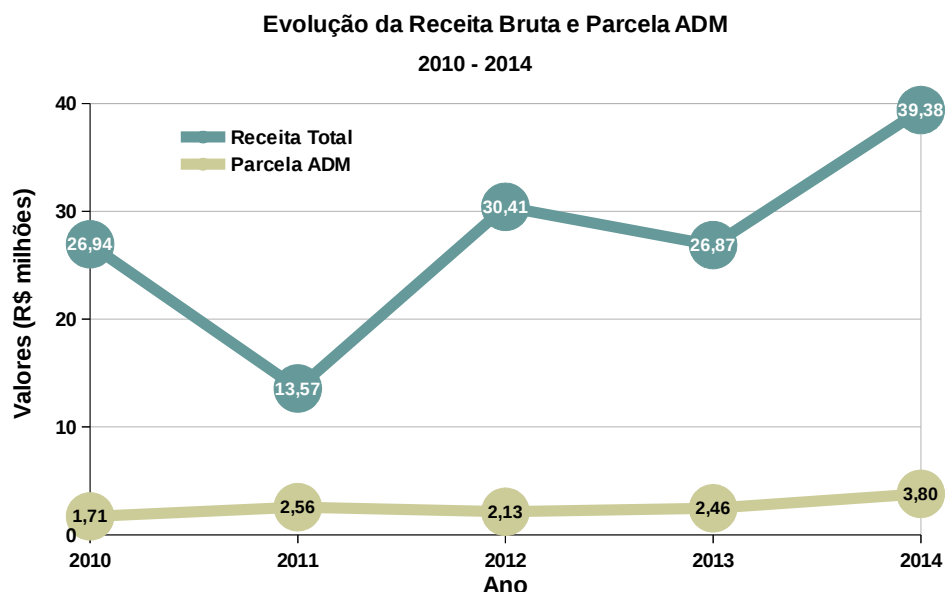


Figura 1. Gráfico da evolução da Receita Bruta e Parcela ADM no período de 2010 a 2014.

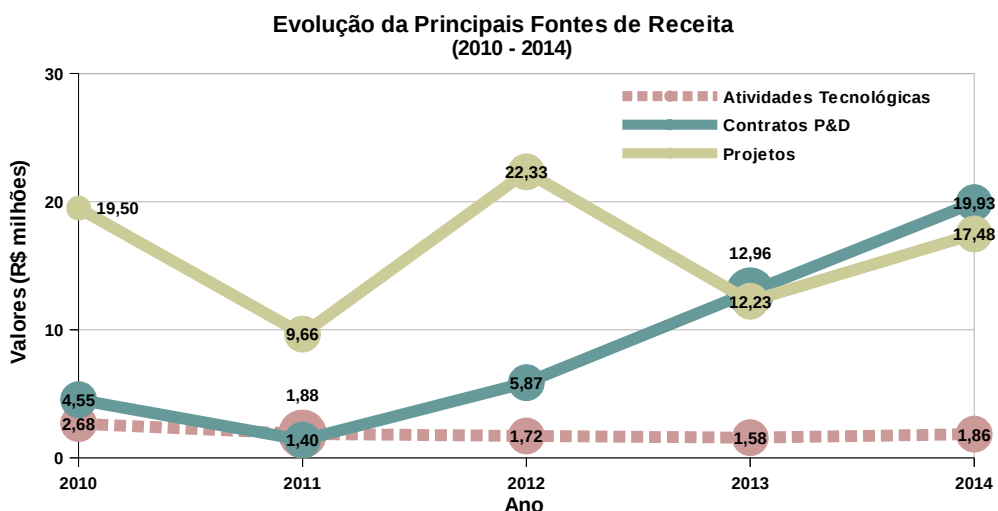


Figura 2. Gráfico da evolução das principais fontes de receita da Facti no período de 2010 a 2014.

As ações de políticas públicas apresentam características que tornam sua execução mais aderente ao modelo dos contratos que dos convênios de cooperação, o que levou ao

crescimento do número de ações estruturadas sobre este modelo. Uma comparação mais detalhada das duas formas de execução é apresentada a seguir.

1.4.3.2 EXECUÇÃO DE PROJETOS VS. EXECUÇÃO DE CONTRATOS

O modelo de execução por contrato de prestação de serviço ganhou relevância porque se mostrou um caminho juridicamente viável para descentralizar ações para o CTI, sejam elas do MCTI ou de outros ministérios. A dificuldade de promovê-las através de canais consolidados, como a Finep, se deve à incompatibilidade entre um objeto de execução ligado às políticas públicas e a finalidade das linhas de fomento daquela Agência. Em anos anteriores buscou-se criar uma via de cooperação através do Fundo de Projetos Prioritários – pelo qual foi financiado o projeto CTENIC, precursor do CERTICS – embora este tenha se mostrado pouco adequado também.

A atuação por meio dos contratos começa com a criação de um termo de cooperação entre o CTI e o órgão descentralizador. Neste documento é pactuado o objeto que deve ser executado, assim como o orçamento necessário. Assinado o Termo de Descentralização (TED), o CTI recebe os recursos e os emprega na contratação da Fundação, a quem caberá a execução do objeto sob a supervisão dos servidores do órgão contratante.

Na execução dos projetos o recurso é disponibilizado antes da execução, de modo que não há necessidade de aporte da Fundação, salvo quando ocorrem atrasos nos pagamentos das parcelas, uma ocorrência pouco comum. Embora no caso dos projetos Finep o percentual retido para fins de custeio das despesas operacionais da Fundação seja pequeno - limitado a 5% do total do projeto – os processos de gestão e acompanhamento são bem consolidados, e a Facti não precisa se preocupar com a coordenação técnica da atividade, a qual é de responsabilidade do CTI e/ou demais executores.

O modelo de negócio dos contratos é distinto tanto nos aspectos financeiro quanto na responsabilidade pela execução. Baseados nos contratos de prestação de serviço técnico, os pagamentos são feitos à Facti mediante a apresentação dos entregáveis definidos no projeto básico de contratação. Ou seja, é necessário que a Administração aporte recursos para realizar a execução, sendo posteriormente ressarcida mediante a quitação das notas fiscais emitidas.

Embora o CTI mantenha gestores técnicos acompanhando a execução, a responsabilidade pela elaboração dos relatórios é das equipes da Fundação. Estes por sua vez são apresentados ao fiscal do contrato, em geral um servidor que não participa do processo de execução, e que deve avaliar se aquela entrega está condizente com a especificação contida do edital. Ainda para fins de fiscalização, são adotados procedimentos de averiguação dos recolhimentos tributários típicos conforme recomenda a Instrução

Normativa nº 02 do MPOG, o que demanda da Fundação a preparação de extensa documentação comprobatória para cada um dos contratos.

A diferenciação nos dois processos não visa fazer julgamento de mérito, mas apenas destacar a execução por contrato possui trâmites mais complexos, que carecem de outros procedimentos operacionais. Tomando por base a finalidade, trabalhar com os dois instrumentos é uma necessidade, uma vez que servem a propósitos distintos. Ambos os modelos possuem pontos fortes e fracos, que precisam ser equilibrados através de procedimentos administrativos adequados.

1.4.3.3 O MODELO DE VALORAÇÃO DOS CONTRATOS

A forma como é definido o valor do contratos, tanto o global quanto dos entregáveis, também não é simples; não havia uma regra consolidada de como fazê-lo. O valor da empreitada global é definido pelo valor dos entregáveis, cuja métrica de valoração era o tempo dispendido pelas equipes para a geração de cada entrega, somada às demais despesas de execução.

O que se buscou prioritariamente é que o valor contratual fosse amparado em parâmetros objetivos de valoração, de modo que a razoabilidade do valor do contrato e de suas entregas intermediárias ficasse clara para os órgãos de controle. Esse modelo, entretanto, mostrou-se pouco adequado no tocante à execução, pois desconsidera as necessidades de manutenção de fluxo de caixa positivo, condição importante na ausência de um fundo que cubra esta finalidade, por exemplo.

O custo gerencial dos contratos é maior, e a definição das margens de despesas operacionais precisa refletir este aspecto. Isso ocorreu, mas não em medida suficiente para suprir todas as despesas geradas pela gestão dos contratos. O impacto em alguns processos não foi previsto ou mensurado com a necessária antecedência, o que demandou sua posterior absorção pela Fundação.

Os pontos que estão sendo comentados valem para todos os contratos de P&D ou gestão, e não apenas para aqueles firmados com o CTI. Independem também do forma de contratação, se por dispensa/inexigibilidade de licitação ou através de processos licitatórios. A experimentação da prestação de serviços para os laboratórios da Lanagro em Minas Gerais, por exemplo, demonstrou que é necessário contabilizar alguns riscos que não haviam sido previamente considerados.

1.4.3.4 O IMPACTO FINANCEIRO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Na busca de cumprir com sua missão finalística, a Facti buscou se adaptar a este novo modelo, o que exigiu o reforço das diferentes áreas operacionais da Fundação, assim como o empenho da própria Secretaria Executiva na estruturação destas propostas. Este reforço

não se deu necessariamente em função do modelo; o impacto se deu pelo quantitativo e a forma rápida como estes processos precisavam ser construídos.

Priorizou-se a observância dos aspectos legais, com ênfase na elaboração dos processos administrativos de contratação, a maioria pela modalidade de dispensa de licitação. Consequência direta disso foi a necessidade de ampliação da equipe administrativa, conforme mostrado na Tabela 7. O impacto financeiro nas despesas com custo de mão de obra são mostrados na Figura 3.

O aumento no custo de mão de obra não pode ser atribuído unicamente a ampliação da equipe para tratar das demandas decorrentes do aumento do número de contratos. Outros fatores também influenciaram, como a regularização dos profissionais que atuavam como pessoa jurídica, a necessidade de contratação de profissionais do Programa Menor Aprendiz, entre outros. Fato é que a maior parte das áreas administrativas da Facti teve suas equipes ampliadas neste período. As demais despesas da Administração, como mostrado na Figura 3, vêm sendo levemente reduzidas.

A Tabela 8 apresenta o valor de folha de pagamento de cada um dos contratos vigentes em 2014, o que dá uma ideia do valor que mensalmente precisa ser adiantado para fins de pagamento dos custos de mão de obra dos profissionais.

Tabela 7. Evolução do nº de profissionais contratados no período de 2010 a 2014.

Quadro de Funcionários	2010	2011	2012	2013	2014
Total de Celetistas	109	165	234	355	321
Celetistas na Administração	10	14	25	38	48
Pessoas Jurídicas na Administração	9	10	6	1	1

O volume atual de empréstimos impacta também nos rendimentos de aplicação financeira. Nas figuras 4 e 5 é mostrada a evolução da arrecadação desta receita nos últimos anos. A redução abrupta ocorrida em 2013 se explica pela encerramento dos rendimentos sobre a aplicação financeira no Banco BVA. Assim, nos últimos 2 anos, os rendimentos de aplicação se dão exclusivamente sobre o recurso depositado nas contas da Administração. Não foi realizado um cálculo preciso da perda decorrente de chamadas de capital para empréstimos internos quando há situações de fluxo de caixa negativo, mas uma estimativa superficial sinaliza uma perda anual de faturamento da ordem de 100 a 130 mil reais.

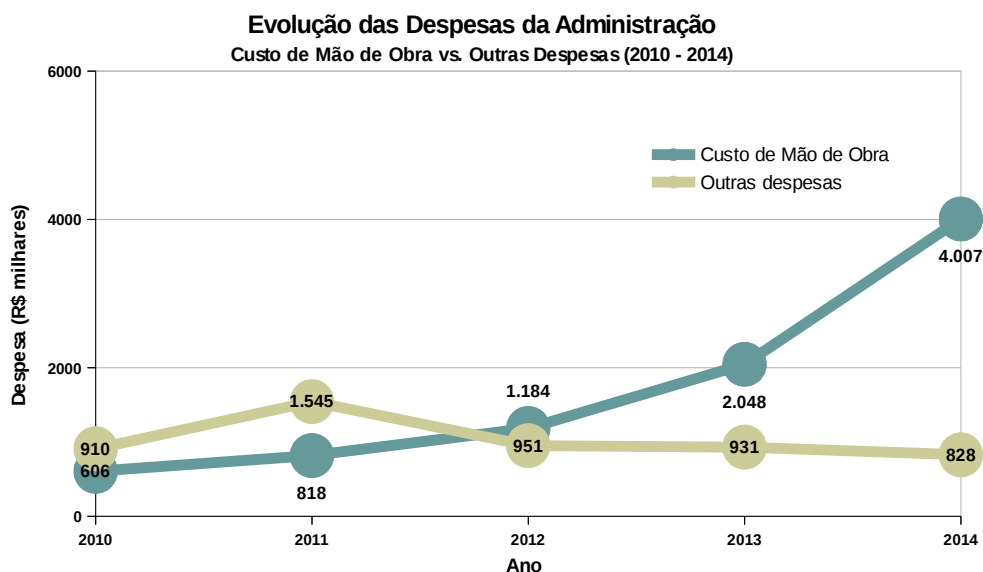


Figura 3. Gráfico da evolução das despesas da Administração da Facti de 2010 a 2014.

Tabela 8. Valores de custo de mão de obra mensal que precisam ser adiantados com recursos da Administração. Contratos vigentes em dezembro de 2014.

Contratante	Contrato	Nº de Profissionais alocados	CMO Mensal (R\$)
Celesc	49644	10	76.880
	248/2014	15	197.162
	249/2014	17	137.769
	217/2013	6	50.298
CTI Renato Archer	216/2013	4	46.109
	214/2013	2	33.214
	228/2014	8	172.843
	218/2013	4	86.646
	186/2012	8	75.432
Lanagro - SP	002/2012	62	218.595
TOTAL		74	876.353,00

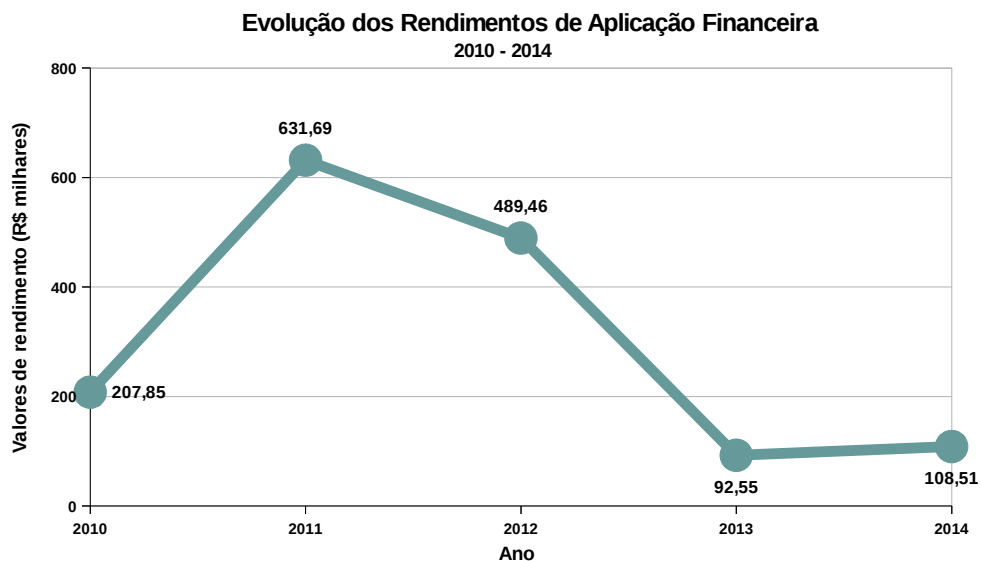


Figura 4. Gráfico da evolução do rendimento da arrecadação decorrentes do rendimento de aplicação financeira no período de 2010 a 2014.

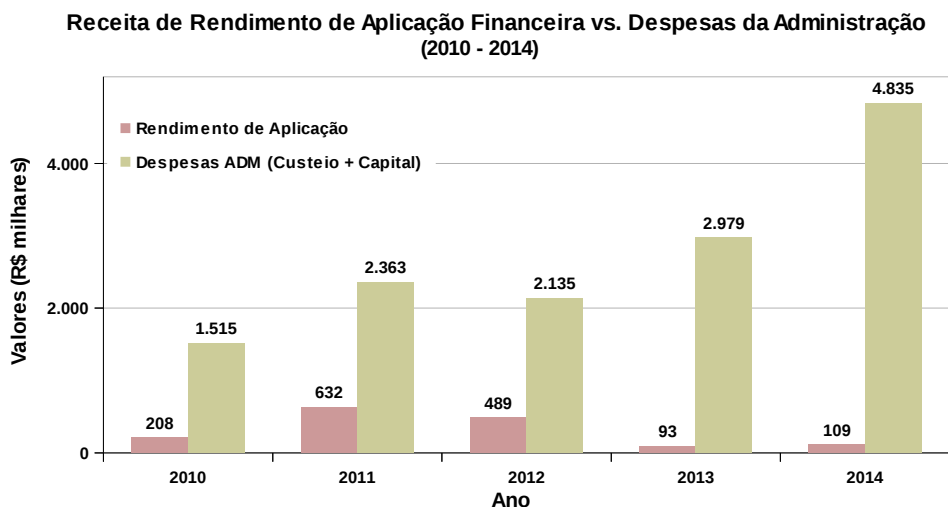


Figura 5. Comparação da receita oriunda do rendimento de aplicação financeira com o valor das despesas anuais da administração.

1.4.3.5 AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

O modelo de execução por contrato de prestação de serviço ganhou relevância porque se mostrou um caminho direto para a execução das ações do MCTI e outros ministérios. As alternativas anteriores experimentadas, como o uso de recursos do Fundo de Projetos Prioritários (formado com recursos da Lei de Informática), foram descontinuadas em função de questionamentos de ordem jurídica. As descentralizações através da Finep, por sua vez,

impunham um tempo de preparação e implementação incompatível com a janela de tempo para implantação destas políticas.

Mesmo com o empenho das equipes de ambas as instituições, o modelo de atuação através dos contratos não alcançou neste período a devida maturidade. Priorizou-se a observância dos aspectos legais, com ênfase na elaboração dos processos administrativos de contratação, a maioria pela modalidade de dispensa de licitação. No entanto, o modelo de negócio também precisa ser adaptado, visto que há diferenças fundamentais em relação ao modelo dos projetos.

O que resume as considerações é que a Facti precisa desdobrar seu modelo de gestão operacional afim de cobrir a execução dos contratos. O modelo de gestão e acompanhamento de projetos não é adequado para esta finalidade. Ao mesmo tempo, precisa refinar as técnicas de precificação destes contratos, de modo que toda a despesa operacional que decorra dela seja coberta pelas despesas operacionais recolhidas.

O incremento do número de contratos também foi acompanhado por outras ocorrências administrativas que conturbaram ainda mais o ambiente operacional da Fundação, dificultando sua organização e preparação para o novo modelo de trabalho. Cita-se, por exemplo, a publicação dos decretos nº 8.240 e 8.241/2014, que exigiram a revisão de todo o procedimento de compras.

O resultado negativo também reforça a necessidade de uma reorganização institucional, capaz de responder a este novo cenário não com volume de profissionais, mas com maior eficiência e ferramentas de controle.

Fato é que o crescimento das operações do CTI, onde se destaca a intensificação de sua atuação na execução de políticas públicas descentralizadas pelo MCTI, impactaram diretamente na Fundação, não apenas pelo quantitativo de ações, mas também por sua envergadura, demandando um trabalho de acompanhamento mais intensivo nos aspectos jurídico e de controle.

O ajuste das competências e processos da administração para lidar com esta nova realidade será objeto de um Plano de Ação que deve ser elaborado pela Secretaria Executiva para apresentação ao Conselho Curador.

Também precisa ser avaliado o exercício de outros modelos de cooperação. O uso de termos de parceria, modalidade de convênio onde a Administração Federal descentraliza os recursos diretamente para as entidades privadas, nunca foi explorado nas relações com o CTI nem nenhuma outra instituição. Ele se assemelha mais ao modelo dos projetos, mas parece comportar objetos mais afetos aos temas de políticas públicas. A operacionalização se dá pelo SICONV, sistema de gestão de convênios do Governo Federal. Informações adicionais sobre esta rota estão sendo buscadas.

2 DETALHAMENTO DAS RECEITAS NO ANO BASE 2014

Neste capítulo é apresentado o detalhamento das receitas obtidas para cada categoria: Atividades Tecnológicas ou de gestão, Convênios de Cooperação, Contratos de P&D ou Gestão e rendimentos de aplicação.

2.1 Atividades Tecnológicas e de Gestão (ATG)

2.1.1 Contexto da Fonte

A realização de atividades tecnológicas é uma das formas de atuação da FACTI. Neste modelo, a Fundação trabalha tanto em parceria com o CTI Renato Archer como de forma independente, quando emprega suas próprias competências técnicas.

Quando realizadas em parceria com o CTI, tratam-se de atividades que disponibilizam ao mercado as competências consolidadas do CTI Renato Archer nas suas diversas áreas de atuação. Estas atividades podem ser de natureza tecnológica – p.e. realização de ensaios ou desenvolvimento de processos – como de natureza conceitual, envolvendo a realização de estudos e planejamentos diversos.

Os serviços enquadrados na categoria ATG caracterizam-se por serem atividades com algum grau de inovação ou desafio tecnológico, prazo de execução curto a médio. As entidades interessadas - de natureza pública ou privada - contratam a Facti, que emite notas fiscais para todos os pagamentos realizados. Esta contratação pode ser ou não regulada por contrato, a depender da natureza do serviço e e das normas internas de cada parte. Quando não há contrato, os termos de execução são pactuados através da proposta comercial emitida pela Facti.

Nos casos em que há a participação dos servidores do CTI e/ou uso de infraestrutura desta instituição, a União é ressarcida, segundo as métricas e valores definidos pelo CTI Renato Archer.

Os montantes arrecadados com a execução destas atividades são depositados em contas correntes específicas, nomeadas como **SERVs**.

2.1.2 Receita Obtida com a Realização de Atividades Tecnológicas e de Gestão (ATG)

Na Tabela 9 são apresentados os valores arrecadados em cada uma destas fontes no ano de 2014.

Tabela 9. Valores recebidos em 2014 com a realização de atividades tecnológicas regulares em parceria com o CTI Renato Archer.

Conta SERV	Natureza da Atividade	Receita (R\$)	Parcela ADM-FACTI
SERV-CERTICS	Avaliação de produtos de software pelo Método CERTICS, assim como a realização de cursos de formação de avaliadores	444.600,00	60.017,46
SERV-CNPQ	Projeto e simulação de circuitos integrados	7.000,00	700,00
SERV-FIPT	Qualificação de hardware realizada no contexto de um projeto SIBRATEC – Extensão sob coordenação do IPT	86.132,00	0,00
SERV-DSID	Prototipagem de dispositivos fotônicos, caracterização, desenvolvimento de processos, estudos de ergonomia e interação homem-máquina.	42.544,49	5.743,51
SERV_DSSI	Avaliação e criação de protocolos e rotinas relacionadas à segurança de informação	101.473,30	29.628,58
SERV_MICRO	Atividades de prototipagem de microdispositivos em sala limpa, gravação de máscaras e caracterização de dispositivos	5.400,00	729,00
SERV_PR	Aplicação de técnicas de prototipagem rápida para apoiar atividades cirúrgicas ou desenvolvimento de produtos	347.872,48	47.478,00
SERV_QH	Qualificação de hardware, tanto em nível de componentes quanto de dispositivos eletrônicos.	603.429,46	81.656,23
SERV_TAB	Atividades técnicas na área de empacotamento eletrônico avançado.	222.573,91	29.849,61
TOTAL		1.861.025,64	255.802,39

2.2 Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento ou Gestão (CPDG)

2.2.1 Contexto da fonte

Os Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento distinguem-se das atividades anteriores pela maior complexidade do escopo e pelos prazos de execução mais longos. Por se tratar de atividades mais complexas, em geral os valores de contratação também são maiores.

Também são ações com prazo de execução bem definido e registrado em contrato, embora ocorram poucas exceções. Os objetos de execução muitas vezes estão relacionados a ações de políticas públicas cuja execução demanda alocação de competências técnicas e gerenciais não presentes no CTI.

Quando a contratação é realizada por entidades públicas, pode ocorrer através de processo licitatório ou de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação. Em qualquer caso trata-se de uma contratação de serviço, sendo os pagamentos realizados contra a apresentação de entregáveis e emissão de notas fiscais.

Também enquadram-se nesta categoria os contratos mantidos para execução de atividades de pesquisa junto à geradoras ou distribuidoras de energia. Neste caso, os pagamentos ocorrem contra a emissão das notas fiscais, acompanhadas das prestações de contas e relatórios técnicos.

2.2.2 Receita Obtida com a execução de Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento ou Gestão (CPDG)

Na Tabela 10 estão relacionadas as receitas provenientes estas atividades, e uma rápida descrição das mesmas.

2.3 Convênios de Cooperação (CC)

2.3.1 Contexto da Fonte

Nesta fonte são agrupados as atividades reguladas por termos de cooperação ou convênios, estabelecidos com entidades públicas ou privadas, visando a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Enquadram-se nesta categoria:

- i. os projetos financiados por agências de fomento, como a FINEP e o BNDES, através de chamadas públicas ou encomendas diretas. Nestes casos, a Facti atua como conveniente/interveniente, sendo responsável pela gestão e execução financeira do projeto, além de alocar profissionais para apoiar a execução técnica.
- ii. os projetos financiados por empresas de natureza pública ou privada, seja com o aporte de recursos próprios ou relacionados a políticas de incentivos fiscais, como a Lei de Informática e o PADIS).

No projetos relacionados ao item (ii), a Facti pode participar tanto como entidade interveniente como quanto executora.

2.3.2 Receita Obtida com a execução de Convênios de Cooperação (CC)

Na Tabela 11 estão relacionadas os projetos que geraram receitas no exercício 2014.

2.4 Receita obtida dos Rendimentos de Aplicação Financeira

Também integram as receitas da FACTI os rendimentos de aplicação financeira sobre os movimentados pela administração, excetuados aqueles provenientes de fontes públicas, caso em que os rendimentos financeiros são redirecionados aos projetos. Como informado na Tabela 1, o valor dos rendimentos obtidos em 2014 é de **R\$ 108.512,98**.

Tabela 10. Valores recebidos em 2014 com a execução de contratos de pesquisa e desenvolvimento.

Contratante	Nº do Contrato	#	Objeto de Contratação	Sigla	Data da Contratação	Valor Global Contratado (R\$)	Receita em 2014 (R\$)	Parcela ADM-FACTI em 2014 (R\$)	Situação
CTI Renato Archer	178/2011	1	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo com mão de obra exclusiva	TERC-CTI	Out/11	3.200.302,15	223.660,95	21.346,96	Em execução
	186/2012	2	Apoio à implantação do SIGTEC e capacitação de usuários nas unidades de pesquisa do MCTI	SIGTEC	Jul/12	3.990.497,19	975.803,16	107.438,74	Em execução
	194/2012	3	Desenvolvimento de tecnologias de software e serviços de TI no Brasil em nichos estratégicos	ECOSSISTEMA	Dez/12	2.573.111,62	0,00	66.873,00	Encerrado
	209/2013	4	Desenvolvimento dos sistemas SALVAR e SGRP – Fase I	CEMADEN-DEV	Nov/13	2.885.201,99	2.885.202,00	357.341,23	Encerrado
	210/2013	5	Gestão do esforço multi institucional de instalação da Rede de PCDs Pluviométricos – Fase I	CEMADEN-INT	Nov/13	3.479.256,00	3.479.256,00	907.525,73	Encerrado
	214/2013	6	Desenvolvimento de processos para certificação e acreditação laboratorial	ACREDITAÇÃO	Dez/13	998.057,88	445.630,49	103.415,61	Em execução
	216/2013	7	Especificação e projeto de sistema para apoiar a investigação de crimes de alta tecnologia	ORÁCULO ⁽¹⁾	Dez/13	750.000,00	562.500,00	0,00	Encerrado
	217/2013	8	Uso de tecnologias tridimensionais na redução de custos dos sistemas públicos de saúde	3DSAÚDE	Dez/13	1.823.080,00	460.833,21	42.674,29	Em execução
	218/2013	9	Melhoria de processos relativos ao acompanhamento de resultados da Lei de Informática	RDSYS	Out/13	1.900.000,00	1.400.000,00	50.116,44	Encerrado
	228/2014	10	Desenvolvimento de metodologia de avaliação e sua aplicação na análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais	AVALRDA ⁽¹⁾	Set/14	17.650.000,00	510.000,00	0,00	Em execução
	248/2014	11	Desenvolvimento dos sistemas SALVAR e SGRP – Fase II	CEMADEN-DEV II ⁽¹⁾	Nov/14	3.625.000,00	139.100,00	0,00	Em execução
	249/2014	12	Gestão do esforço multi institucional de instalação da Rede de PCDs Pluviométricos – Fase II	CEMADEN-INT II ⁽¹⁾	Nov/14	5.735.000,00	1.095.711,00	0,00	Em execução
Tribunal Superior Eleitoral	96/11	13	Aprimoramento do hardware do sistema de votação eletrônico - Grupo 1	TSE III	Nov/11	4.874.158,40	129.763,00	14.779,52	Encerrado
			Aprimoramento do software do sistema de votação eletrônico - Grupo 2				930.816,00	74.465,28	Em execução

Contratante	Nº do Contrato	#	Objeto de Contratação	Sigla	Data da Contratação	Valor Global Contratado (R\$)	Receita em 2014 (R\$)	Parcela ADM-FACTI em 2014 (R\$)	Situação
	61/2014	14	Recuperação de displays das urnas eletrônicas	TSE-DISPLAY	Ago/14	1.059.199,00	499.111,32	67.380,03	Em execução
Coelce	5800009413	15	Formulação polimérica para fabricação de postes, cruzetas e acessórios	COELCE-MP ⁽¹⁾	Ago/11	515.445,65	29.664,14	0,00	Em execução
Coelce	5600001870	16	Sistema de determinação de curva de desempenho de operadores de sistema com base no levantamento e análise do perfil comportamental	COELCE-PC ⁽¹⁾	Abr/13	703.681,46	49.078,56	0,00	Em execução
Celesc	49644	17	Sistema Integrado Remoto Antifurto de Medição com Acesso à Internet	CELESC ⁽²⁾	Fev/13	2.830.400,00	663.824,47	0,00	Em execução
Lanagro – SP	002/2012	18	Provimento de mão de obra para atividades nos laboratórios da Lanagro e Jundiá	LANAGRO-SP	Fev/12	7.009.389,75	3.156.718,73	345.277,24	Em execução
Lanagro – MG	16/2013	19	Provimento de mão de obra para atividades nos laboratórios da LANAGRO Minas Gerais	LANAGRO-MG	Jun/13	3.529.013,53	2.062.418,13	155.793,78	Encerrado
INCT Namitec	S/n	20	Apoio à gestão da INCT Namitec	NAMITEC	Jan/14	72.000,00	72.000,00	66.240,00	Em execução
AMD	2013-01-rev2	21	Desenvolvimento de aplicativo para parametrizar testes de processamento	BENCH-PROC	Mar/13	265.376,09	157.321,71	120.735,04	Encerrado
TOTAL							19.928.412,87	2.501.402,89	

Obs.:

(1) os contratos de # 7, 10 a 12, 15 e 16 não tiveram as parcelas da administração transferidas em 2014. Constam da Tabela 4.

(2) o contrato com a Celesc não possui parcela de despesa operacional.

Tabela 11. Projetos financiados no exercício 2014 com recursos provenientes dos convênios de cooperação.

Linha de fomento/Entidade Financiadora	Nº do Convênio	Escopo do Projeto	Sigla	Executor	Data de início	Valor Total (R\$)	Receita em 2014 (R\$)	Parcela ADM-FACTI em 2014 (R\$)	Situação
FUNTEC / BNDES	13.2.0837.1	Desenvolvimento de tecnologia para tratamento de resíduos eletrônicos	REMATRONIC	CTI Renato Archer	Fev/2014	7.962.833,43	1.762.234,75	0,00	Em execução
PETROBRAS	0050.0069690.119	P&D de Corpos de prova permoporosos padrão sintéticos com uso de tecnologias tridimensionais	DT3DBR	CTI Renato Archer	Nov/2011	2.663.522,00	656.736,00	80.000,000	Em execução
Encomenda Vertical/ Transversal – FNDCT - Finep	01.12.0218.00	Centros de Inovação em eletrônica para produtos	CIEPP	Fundação CERTI	Jun/2012	485.330,80	300.922,44	14.547,80	Em execução
	01.13.0093.00	Implementação da CERTICS - Certificação de Tecnologia Nacional de Software	CERTICS	CTI Renato Archer	Mai/2013	6.438.495,90	3.159.242,00	0,00	Em execução
	01.13.0038.00	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Tecnologia Assistiva no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	DTITA	CTI Renato Archer	Mar/2013	8.279.784,48	5.488.367,24	197.137,70	Em execução
	01.10.0279.00	Estruturação de arranjo de NITs da Região Sudeste – Rede Mantiqueira de Inovação	RDMANTIQ	CTI Renato Archer	Jun/2010	1.078.040,00	0,00	20.850,00	Em execução
	01.10.0432.00	Ampliação física da área laboratorial do CTI – ocupação de galpão metálico	GALPÃO	CTI Renato Archer	Ago/2010	2.736.802,70	0,00	43.404,00	Em execução
Lei de Informática	059/2014	Caracterização elétrica de dispositivos de memória semicondutores nanoestruturados	MEMRISTOR	CTI Renato Archer	Mai/2014	1.203.000,37	1.525.213,02	118.651,07	Encerrado
	S/n	Novas metodologias de desenvolvimento e teste de software	BR-AUTO	Facti	Set/2013	6.156.000,18	3.483.000,00	316.569,09	Encerrado
	S/n	Segurança em Computação em Nuvem para o Governo Brasileiro	DELL	Facti	Abr/2011	419.500,00	11.069,29	4.482,55	Encerrado
PADIS	SMT-DIV-048/12	Projeto de plataforma para desenvolvimento de circuitos integrados fotônicos em silício	SMART II	Facti	Dez/2013	1.154.079,52	1.052.163,96	93.943,26	Encerrado
Fundo PPI	01.0001.00/2007	Gestão do Fundo de Lei de Informática	GESTÃO PPI	Facti	Mar/2007	0,00	44.675,49	44.675,49	Em execução
TOTAL							17.483.624,19	934.260,96	

2.5 Posição das Contas Bancárias da FACTI

As operações cotidianas da FACTI são realizadas no Banco do Brasil. Lá são abertas as contas específicas para execução de projetos, e também são mantidas as contas da Administração. Na Tabela 12 são apresentados os saldos registrados em conta corrente, em ambas as instituições, em 31/12/2014, onde nota-se que não estão sendo mais contabilizados os recursos depositados no Banco BVA, classificados já no último balanço como perda.

Também deve ser considerado que em 31 de dezembro de 2014 havia recursos emprestados para os contratos e projetos em execução, conforme colocado anteriormente.

Tabela 12. Saldo das contas corrente da administração em 31/12/2014.

Conta Corrente	Finalidade	Saldo em 2012 (BB + BVA)	Saldo em 2013 (BB + BVA)	Saldo em 31/12/2014	
				BB	BVA
EMERGÊNCIA <i>(encerrada em 2013)</i>	Reserva estratégica para utilização em períodos ou situação de não faturamento	1.825.934	1.828.360	0	0
				0	
CUSTEIO	Centro de Custo para o custeio corrente da Administração Facti	36.732	141.268	157.463	0
				157.463	
CAIXA CORRENTE	Caixa em dinheiro para pequenas compras	412	1.665	1.665	0
				1.665	
IMPOSTOS	Centro de Custo que recebe transferência de todas as fontes e projetos para pagamento dos impostos COFINS (3%) e ISSQN (3 a 3,75%)	1.147.984	788.786	4.918	0
				4.918	
RESCISÃO	Reserva estratégica para pagamento da rescisão trabalhista. Recebe provisão de 13º salário, férias, aviso prévio, multa FGTS	2.216.762	1.625.120	801	0
				801	
SALARIOS	Recebe transferência de todas as fontes e projetos para pagamento da Folha e encargos trabalhistas mensais	146.949	0	142.728	0
				142.728	
NOVO FUNDO <i>(encerrada em 2014)</i>	Conta corrente onde foi depositado o valor do seguro de investimento resgatado junto ao Fundo Garantidor de Crédito	-	137	0	0
				0	
SALDO FINANCEIRO EM CONTA CORRENTE		5.694.810	4.385.336	307.575	

3 RECEITAS, DESPESAS E PROVISÕES DIVERSAS

Neste capítulo são aspectos da movimentação financeira que não impactam na contabilização da receitas e despesas do exercício.

3.1 Depósitos no Fundo de Projetos Prioritários (PPI)

Em conformidade com a Portaria MCTI nº 1.189/2014 – antecedida pela Portaria MCT 178/2007 – a FACTI é a fiel depositária dos recursos aportados pelas empresas no Fundo de Lei de Informática. Anualmente a Fundação presta contas ao MCTI. Em 2014, o valor depositado pelas empresas foi de **R\$ 22.770.954,03**.

A gestão deste recurso é amparada pelo convênio de cooperação 01.0001.00/2007, assinado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A Facti é ressarcida pelas despesas efetuadas nesta atividade, o que é caracterizado como receita dentro da fonte Convênios de Cooperação.

A Fundação também opera a liberação destes recursos para as entidades gestoras dos Projeto Prioritários, conforme autorização formal expressa pelo Secretário da SEPIN/MCTI. A liberações realizadas em 2014 constam da Tabela 13.

Tabela 13. Liberações de recursos do Fundo PPI efetuadas em 2014.

Entidade Contemplada	Projeto	Instrumento de Autorização	Valor (R\$)
Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	Inovação e ampliação da competitividade na indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação	Ofício 418/2014-GAB/SEPIN	1.915.000,00
Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação em defesa cibernética	Ofício 562/2014-GAB/SEPIN	5.648.370,00

3.2 Composição do Fundo de Reserva para P&D e recolhimento de RDA

Uma parcela do valor que compõe o custo das atividades tecnológicas é destinado à formação de um Fundo de Reserva para P&D. O percentual recolhido é variável, dependendo da natureza do serviço. Na Tabela 14 são mostradas as parcelas recolhidas para as diferentes fontes alimentadas por receitas provenientes da execução de atividades tecnológicas.

Tabela 14. Composição de Fundo de P&D. Ano Base 2014.

Fonte	Receita da Fonte (R\$)	Fundo de P&D		RDA	
		Parcela (R\$)	% da Receita	Parcela (R\$)	% da Receita
SERV-CERTICS	444.660,00	22.233,00	5	-	-
SERV-DSID	42.544,49	2.182,05	5,13	258,94	0,61
SERV-DSSI	101.473,30	5.190,42	5,12	1.271,34	1,25
SERV-MICRO	5.400,00	954,45	17,68	996,88	18,46
SERV-TAB	222.573,91	32.320,25	14,52	11.927,38	5,36
SERV-PR	347.872,48	19.172,42	5,51	28.750,06	8,26
SERV-QH	603.429,46	28.056,74	4,65	20.076,23	3,33
TSE-III (96/11)	1.060.579,00	31.841,08	3	26.135,54	2,46
TSE-DISPLAY (61/14)	499.111,32	12.367,98	2,48	31.821,59	6,38
	3.327.643,96	154.318,39		121.237,96	

Outra informação que consta da Na Tabela 14 é a parcela recolhida a título de ressarcimento da União pela participação dos servidores e uso da infraestrutura do CTI na execução das atividades, denominada RDA (Recursos Diretamente Arrecadados)

3.3 Situação de Fundo de Reserva da FACTI

Em 2010 a FACTI iniciou a guarda de um fundo de reserva, destinado à execução de despesas emergenciais relacionadas ao risco operacional da Fundação. Exemplos destes riscos são as contratações de pessoa jurídica, eventuais glosas de projeto, despesas de processos trabalhistas, ou mesmo a necessidade de encerrar abruptamente as atividades da Fundação. Os recursos deste fundo estão depositados no Banco BVA.

Em outubro de 2012 aquela entidade sofreu processo de intervenção do Banco Central, que iniciou uma apuração de contas e interrompeu as operações de mercado do BVA. A partir de então o acesso aos recursos foi bloqueado. Em junho de 2013 o Banco Central declarou a liquidação do BVA; e em setembro de 2014 foi decretada a falência do Banco.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nomeou uma entidade para administrar a massa falida do Banco, que está promovendo uma apuração dos créditos e em breve deve publicar edital com a lista de credores do Banco, seguindo o procedimento estabelecido nos artigos 8º e 10º da Lei 11.101/2005.

O crédito reconhecido como de direito da Facti, ainda em março de 2013, é de **R\$ 4.293.735,26**, o que confere com o histórico de depósitos e comunicados anteriores à intervenção.

3.4 Pagamentos realizados para servidores públicos

Em 2014 a Facti realizou pagamentos de bolsa de inovação para servidores públicos, com amparo nos artigos 8º e 9º da Lei nº 10.973/2004 (Lei da Inovação). A relação dos servidores beneficiados e as respectivas fontes de pagamento constam da Tabela 15.

Tabela 15. Pagamentos realizados para servidores públicos no exercício 2014.

Nome do Servidor	SIAPE	Tipo	Valor (R\$)	Fonte
Saulo Finco	673929	Bolsa	126.000,00	Convênio Finep nº 01.05.0786.06 (DECOD). Bolsa paga em caráter retroativo ao período de execução do projeto (dez/2005 a ago/2010)
Izaque Alves Maia	1358874	Bolsa	24.000,00	
Jorge Vicente Lopes da Silva	673824	Bolsa	24.000,00	Termo de Cooperação PETROBRAS nº 0050.0069690.119 (Projeto)
Marcelo Fernandes de Oliveira	673855	Bolsa	24.000,00	
José Rocha Andrade da Silva	1359496	Bolsa	24.000,00	Convênio nº 13.2.0837.1. Projeto REMATRONIC (Funtec BNDES).
Sebastião Eleutério Filho	673930	Bolsa	24.000,00	
Oscar Salviano Filho (*)	673912	Bolsa	6.400,00	Convênio Finep nº 01.10.0344.00 (CIBRCTS).
Eric Ericson Fabris (*)	3578641	Bolsa	6.400,00	
			258.800,00	

(*) No caso destes dois servidores o pagamento da bolsa foi iniciado em 2010, e não estava amparado na Lei de Inovação, em uma autorização manifestada pela Finep.

3.5 Impostos a recuperar

3.5.1 Depósito judiciais de ICMS

No período de 2011 a 2014 a Facti depositou em juízo o valor do ICMS referentes aos processos de importação vinculados à execução do projetos de pesquisa geridos pela Fundação. O entendimento é que, por se tratar de aquisição efetuadas no contexto das atividades de pesquisa e desenvolvimento, sem finalidade comercial, a Facti é isenta do pagamento deste tributo.

Sobre esta tese cabe interpretação jurídica, tendo sido manifestadas decisões favoráveis ao Estado de São Paulo. No entanto, pedidos semelhantes já foram julgados procedentes

em outras varas, e a consultoria jurídica tributária que acompanha os processos fez a apelação do Tribunal.

Havendo decisão favorável à Fundação, estes recursos serão recolhidos ao seu caixa. A relação dos depósitos realizados, com valores já corrigidos, consta da Tabela 16.

Em 2014, dado o atraso provocado nas operações de importação, optou-se por não se realizar mais os depósitos em juízo, haja vista que os recursos para pagamento do imposto são disponibilizados pelas fontes fomentadoras. Os trâmites judiciais que antecederiam a efetivação dos processos de importação chegavam a triplicar o tempo de execução destes processos, impactando na execução dos projetos de pesquisa.

Tabela 16. Relação dos valores de ICMS depositados em juízo.

Data do Depósito	Nº do Processo	Valor Corrigido
15/12/2011	1140120120335367	173.362,52
11/01/2012	1140120110792909	22.722,82
11/01/2012	1140120110792890	32.555,54
03/02/2012	1140120120049020	18.023,90
03/02/2012	1140120120049017	5.140,75
06/02/2012	1140120120054832	113.582,66
06/02/2012	1140120120056940	1.983,08
06/02/2012	1140120120054832	108.611,95
06/02/2012	1140120120049004	23.327,73
25/04/2012	1140120120244606	20.702,40
25/04/2012	1140120120244634	20.453,54
25/04/2012	1140120120244621	6.731,43
25/04/2012	1140120120244619	21.696,47
04/06/2012	1140120120335367	140.792,36
11/06/2012	1140120120363890	4.333,48
12/06/2012	1140120120363900	55.646,98
21/06/2012	1140120120384500	18.657,93
16/07/2012	1140120110792909	1.280,50
24/07/2012	1140120120244634	2.066,00
06/08/2012	1140120120054847	2.087,18
06/08/2012	1140120120641019	531,69
06/08/2012	1140120120049020	2.183,59
08/08/2012	1140120120056940	177,36
08/08/2012	1140120120054832	10.666,39
14/08/2012	1140120110792890	2.071,24
17/08/2012	1140120120244606	2.029,79
28/09/2012	1140120120641019	10.448,75
27/02/2013	00094583920138260114	2.629,77
27/02/2013	00094575420138260114	7.580,81
08/03/2013	00102838020138260114	5.322,18

Data do Depósito	Nº do Processo	Valor Corrigido
08/03/2013	102846520138260114	9.325,92
22/03/2013	40007450720138260114	4.036,96
22/03/2013	40007511420138260114	2.551,06
22/04/2013	40040794920138260114	4.152,39
22/04/2013	40040872620138260114	10.566,44
22/04/2013	40040838620138260114	20.156,81
11/04/2013	1140120120049004	6.793,13
11/04/2013	0009583920138260114	2.360,87
11/04/2013	00102838020138260114	179,98
11/04/2013	00102846520138260114	241,70
16/05/2013	40066326920138260114	7.114,20
31/05/2013	40066326920138260114	2.453,21
27/05/2013	1140120120641019	2.008,47
17/05/2013	40040838620138260114	648,21
17/05/2013	40040794920138260114	145,28
17/05/2013	40040872620138260114	335,27
02/05/2013	70007450720138260114	117,62
02/05/2013	40007511420138260114	1.679,34
14/05/2013	40065633720138260114	8.084,63
31/05/2013	40051603320138260114	245,31
31/05/2013	40051603320138260114	7.905,12
29/05/2013	40066326920138260114	1.500,00
12/06/2013	40065633720138260114	445,15
04/07/2013	00317522220128260114	4.119,69
04/07/2013	317522220128260114	5.409,13
01/08/2013	792894820118260114	3.251,67
01/08/2013	00049022820128260114	979,63
06/08/2013	317522220128260114	11.798,85
27/08/2013	00317522220128260114	12.969,28
06/11/2013	0031752-22.2012.8.26.0114	5.970,24
11/11/2013	0031752-22.2012.8.26.0114	2.819,57
11/11/2013	0031752-22.2012.8.26.0114	3.123,23
11/11/2013	0031752-22.2012.8.26.0114	4.337,81
26/11/2013	0031752-22.2012.8.26.0114	4.693,79
01/04/2014	10094752420148260114	267.780,19
		1.257.700,94

3.5.2 Compensação de ISSQN

A Facti também aguarda que a Prefeitura de Campinas regularize a forma de resgate de um saldo referente ao recolhimento de ISSQN no período de 2009 até os dias atuais.

Em 2006 a Fundação pleiteou a imunidade tributária de 50% sobre o percentual de recolhimento do tributo municipal (5%), conforme estabelecido em Lei Municipal nº 12.653/2006, que concede o incentivos fiscais para entidades sem fins lucrativos que empreguem mão de obra qualificada no município. O direito ao benefício foi reconhecido pela Prefeitura em fevereiro de 2009, conforme publicado no Diário Oficial do Município de Campinas em 28 de fevereiro daquele ano.

A partir daquela data, a Facti passou a recolher um percentual de 3,75%, ao invés dos 5% regulares. Destes 3,75%, o valor corresponde a 1,25% deve ser convertido em crédito tributário que poderia ser aproveitado no prazo de 24 meses da data de recolhimento, embora o mecanismo de resgate não tenha sido regulamentado pela Prefeitura.

Desta forma, aguarda-se a regulamentação deste processo para que o resgate seja efetuado, na forma como for determinado em lei. Em dezembro de 2014, o valor acumulado, já corrigido, era de **R\$ 436.348,35**.

4 RESULTADO CONTÁBIL

O Relatório Contábil da FACTI referente ao ano base 2014 foi gerado pela empresa CONSULCAMP – Auditoria e Assessoria.

A opinião do auditores independentes com relação ao balanço contábil está reproduzida na Figura 6.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facti – Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

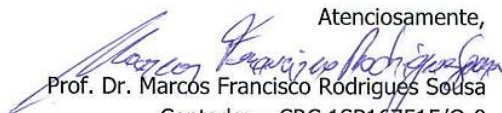
Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente, as demonstrações financeiras da Facti - Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram por nós, auditadas e compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, as mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa, sobre as quais, foi emitido Relatório dos Auditores Independentes sem ressalva, datado em 02 de junho de 2014.

Campinas, 02 de março de 2015.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa
Contador – CRC 1SP167515/O-0
Consulcamp Auditoria e Assessoria
CRC 2SP010626/O-4

Figura 6. Opinião dos auditores independentes sobre o balanço contábil do exercício 2015.
Fonte: Relatório dos Auditores Independentes.

Os indicadores contábeis do exercício estão apresentados no quadro resumo que consta Figura 7. Discussões mais detalhadas constam do Relatório dos Auditores Independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(em reais)

ATIVO	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2014
Circulante	107.834.146	Circulante	107.393.875	Receita Bruta de Serviços	21.137.178
Caixa e Equivalentes de Caixa	104.627.217	Fornecedores	103.102	Deduções da Receita	
Contas a Receber de Clientes	958.884	Empréstimos Leasing	4.722	Impostos s/ Receitas	3.670.503
(-) Provisão para Dev. Duvidosos	-112.732	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.389.263	Receita Líquida	17.466.675
Outras Contas a Receber	743.684	Obrigações Fiscais	103.793		
Empréstimo ADM para Projetos	1.617.093	Provisão para Contingências	623.414	Custo dos Serviços Prestados	(16.653.928)
		Convênios a Realizar	103.169.581	Superávit Bruto	812.747
Não Circulante	14.247.683	Não Circulante	14.687.954	Receitas e Despesas Operacionais	(868.721)
Impostos a Recuperar	1.694.049			(-) Gerais e Administrativas	(4.898.203)
Imobilizado Líquido	50.695			(+) Financeiras Líquidas	4.186.172
Imobilizado de Projetos	12.502.939	Patrimônio Social	2.185.015	(-) Outras Despesas Operacionais	(156.690)
		Patrimônio Social	10.000		
		Fundos Patrimoniais	(577.642)		
		Fundo de Reservas – Provisão para Rescisão	2.808.631		
		Superávit/Déficit do Exercício	(55.974)		
		Bens Terceiros em nosso poder	12.502.939		
Total do Ativo	122.081.829	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	122.081.829	Superávit do Exercício	(55.974)

Figura 7. Quadro de indicadores de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício 2014.

5 PROJETOS E CONTRATOS VIGENTES EM 2014

Neste capítulo são apresentados os convênios de cooperação e contratos de p&d ou gestão vigentes no exercício 2014.

Os contratos e convênios listados anteriormente referem-se à esforços que efetivamente contribuíram para as fontes de receita da Facti (Bruta e/ou Parcela ADM). No entanto, diversos outros projetos foram e executados no decorrer do exercício, embora não tenham contribuído para as receitas da administração com aporte de recursos. Muitos deles estão em período de prorrogação, e valem-se de saldos financeiros economizados durante o período de vigência regular, ou seja, usam recursos que já foram disponibilizados pelas fontes de fomento.

Na Tabela 17 é mostrado o quantitativo de contratos e convênios que estiveram vigentes em 2014, ou seja, a dimensão da carteira de ações gerida pela Fundação. A carteira também é caracterizada pelo valor global do contratos e projetos, independente de quais parcelas de aporte ocorrem a cada ano. Dados mais específicos sobre os projetos e contratos são apresentados mais adiante.

Tabela 17. Carteira de projetos e contratos vigentes em 2014.

Modalidade	Quantidade	Valor da Carteira em 2014 (R\$)
Convênios de Cooperação	23	91.510.629,09
Contratos de P&D ou Gestão	19	64.934.785,34
	42	156.445.414,43

5.1 Convênios de Cooperação

Os convênios de cooperação vigentes no exercício 2014 estão listados na Tabela 18.

Tabela 18. Carteira de projetos e contratos vigentes em 2014.

Projeto/Contrato	Início	Término	Valor Global (R\$)	Subgrupo de Classificação	Carteira / Subgrupo (R\$)
CTI-Tec	Dez/10	Jun/15	3.000.000,00		
GALPÃO	Jun/10	Jun/15	968.000,00		
INFRACTI	Dez/13	Dez/16	4.600.000,00		
EMAPAVAN	Out/10	Out/15	4.423.935,00	Subgrupo I	18.163.716,70
LAMU	Mar/12	Mar/16	573.794,00		
VOLTAICO 2	Ago/10	Ago/15	2.736.802,70		

Projeto/Contrato	Início	Término	Valor Global (R\$)	Subgrupo de Classificação	Carteira / Subgrupo (R\$)
LIMICRO	Mai/14	Mai/17	1.861.185,00		
CIEPP	Jun/12	Jun/15	485.330,90		
RDMANTIQ	Jun/10	Jun/15	1.078.040,00		
SIBRACIBR	Dez/10	Dez/15	661.182,00	Subgrupo II	20.062.482,44
GESTAO PDE	Out/10	Out/15	6.861.569,54		
CIBRCTS	Jun/10	Mar/14	10.976.360,00		
GESTAO CTI-TEC	Out/12	Out/17	0,00		
CITAR	Jun/12	Jun/16	16.272.963,08		
DTITA	Mar/13	Out/16	8.279.784,48		
EH01CQ	Dez/12	Dez/15	961.941,30		
REMATRONIC	Fev/14	Fev/17	7.962.833,43	Subgrupo III	40.689.933,87
DT3DBR	Nov/11	Dez/15	2.663.522,00		
MEMRISTOR	Mai/14	Dez/14	1.483.629,96		
SMART II	Dez/13	Abr/15	1.154.079,62		
NGINOVA	Dez/14	Dez/18	1.911.180,00		
CERTICS	Mai/13	Jul/15	6.438.495,90	Subgrupo IV	12.594.496,08
BR-AUTO	Set/13	Fev/15	6.156.000,18		
			91.510.629,09		

Na Tabela 18 os convênios são classificação em subgrupos, que vão de I a IV, com base no escopo e objeto dos projetos. Os contextos de cada subgrupo são os seguintes:

- **Subgrupo I: Ações intensivas em infraestrutura** - 07 convênios, cujos objetos estão diretamente relacionados à obras, adaptações ou aquisição de equipamentos para infraestrutura tecnológica.
- **Subgrupo II: Gestão e redes tecnológicas** - 06 convênios, cujos objetos estão relacionados a atividades de gestão de redes institucionais, ou à gestão de centros de inovação ou capacitação.
- **Subgrupo III: Desenvolvimento de processos e dispositivos** - 08 convênios, cujos objetos estão relacionados à pesquisa e desenvolvimento em processos e dispositivos.
- **Subgrupo IV: Desenvolvimento de softwares e sistemas** - 02 convênios com objetos relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias de software.

Os subgrupos não devem ser considerados limites estanques, haja vista que as metas e atividades internas de cada um podem, pela sua natureza, se mostrar mais afetas a outro

tipo de classificação. A adoção do conceito do subgrupo é uma forma de organização do portfólio de projetos em execução.

Detalhes dos convênios de cooperação listados são apresentados a seguir.

5.1.1 Subgrupo I: Ações intensivas em infraestrutura

No Subgrupo I constam os projetos cujos objetos referem-se à recuperação ou incremento da infraestrutura do CTI Renato Archer, seja ela predial ou tecnológica. Alguns destes projetos podem ter metas relacionadas ao desenvolvimento de processos, entretanto, o aporte financeiro em itens de infraestrutura prepondera sobre os demais. Há sete projetos neste Subgrupo:

- *Implantação de parque tecnológico no campus do CTI (CTI-TEC);*
- *Ampliação física da área laboratorial do CTI (GALPÃO);*
- *Complementação da implantação do parque tecnológico e da ampliação física da área laboratorial do CTI (INFRACTI);*
- *Desenvolvimento de tecnologias de empacotamento para sistemas eletrônicos avançados (EMPAVAN);*
- *Recuperação de instalações destinadas a projetos multiusuário em nano fabricação para microeletrônica (LAMU);*
- *Desenvolvimento de competências em energia solar fotovoltaica integrada às edificações e tecnologias fotovoltaicas orgânicas (VOLTAICO 2);*
- *Laboratório de imageamento para micro/nanoeletrônica e tecnologia 3D (LIMICRO);*

Mais detalhes destes projetos são apresentados a seguir.

5.1.1.1 IMPLANTAÇÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO NO CAMPUS DO CTI (CTI-TEC)

Nº instrumento: 01.10.0668.00	Financiador/Contratante: Finep	Executor: CTI Renato Archer
Início: dezembro/2010	Término: junho/2016	Tempo Restante: 06 meses
Valor total: R\$ 3.000.000,00	Nº de profissionais Facti alocados: não há	Nº de servidores alocados: 04
Prazo de execução original: 12 meses	Prazo de execução atual: 60 meses	Coordenador: Antônio Pestana Neto
Origem: Encomenda transversal de infraestrutura		

O CTI-Tec é um condomínio tecnológico que deverá ser disponibilizado para as empresas que tenham interesse em desenvolver ações de pesquisa e desenvolvimento em cooperação com o CTI Renato Archer. Através do convênio acima, foram aportados recursos para a construção do primeiro módulo predial, que disponibilizará 24 módulos de

para ocupação. As obras foram iniciadas no primeiro semestre de 2013, e devem ser concluídas nos primeiros meses de 2015, próximo do encerramento do convênio. A seleção de empresas para ocupar o espaço será realizada através de chamada pública a elaborada pelo CTI.

5.1.1.2 AMPLIAÇÃO FÍSICA DA ÁREA LABORATORIAL DO CTI (GALPÃO)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0283.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2010	junho/2015	06 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 968.000,00	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	60 meses	Antônio Pestana Neto
Origem:		
Encomenda transversal de infraestrutura		

O projeto GALPÃO visa a construção de um módulo predial para abrigar laboratórios e áreas que provêem serviço de infraestrutura comum no CTI, como oficina mecânica, serviços de TI, laboratório de eletrônica e outras. A execução deste projeto precisou ser suspensa em função de problemas estruturais constatados pela construtora. Confirmadas as inconsistências na infraestrutura já instalada, foi necessário alterar o projeto básico e rever os requisitos de contratação. As obras serão retomadas em 2015, embora não devam alcançar as etapas finais previstas inicialmente, sendo necessário um projeto complementar para a finalização do prédio.

5.1.1.3 COMPLEMENTAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO E DA AMPLIAÇÃO FÍSICA DA ÁREA LABORATORIAL DO CTI (INFRACTI)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.13.0394.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2013	dezembro/2016	24 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 4.600.000,00	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	36 meses	Antônio Pestana Neto
Origem:		
Encomenda transversal de projeto de pesquisa		

Este projeto visa o aporte de recurso para complementar os dois citados anteriormente. No caso do CTI-Tec, os recursos devem ser empregados para a construção de mais um

módulo predial; no caso do GALPÃO, deve financiar as etapas de acabamento do edifício iniciado. Apesar do convênio ter sido assinado em dezembro de 2013, os recursos ainda não foram liberados pela Finep.

5.1.1.4 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE EMPACOTAMENTO PARA SISTEMAS ELETRÔNICOS AVANÇADOS (EMPAVAN)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0521.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
outubro/2010	outubro/2015	10 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 4.423.935,12	01	01
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	60 meses	Ricardo Cotrin Teixeira
Origem:		
Encomenda transversal de projeto de pesquisa		

O projeto EMPAVAN visa o incremento da infraestrutura tecnológica do CTI na área de encapsulamento eletrônico. Neste contexto há atividades de desenvolvimento de processo e de renovação do parque de equipamentos, de modo a abranger as tecnologias mais recentes, que combinam elementos ativos e passivos em um único empacotamento. Este projeto foi classificado no Subgrupo I porque prevê uma ampla reestruturação da sala limpa de encapsulamento eletrônico.

Após uma fase de especificação e projeto, a contratação da empresa para a execução da reforma deve ocorrer nos primeiros meses de 2015.

5.1.1.5 RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESTINADAS A PROJETOS MULTIUSUÁRIO EM NANO FABRICAÇÃO PARA MICROELETRÔNICA (LAMU)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.12.0066.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
março/2012	março/2016	15 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 573.794,00	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	48 meses	Aristides Pavani Filho
Origem:		
Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA 02/2010		

O projeto LAMU visa a recuperação parcial da infraestrutura de sala limpa do CTI onde são realizados os processos referentes ao desenvolvimento de micro e nano estruturas para

aplicação em áreas como microeletrônica, mecânica, biomedicina etc. Como os recursos concedidos foram menores que o pleito original, o projeto precisou ser replanejado e reapresentado à Finep. As principais etapas da obra foram contratadas em dezembro de 2014, e estão em fase de execução.

5.1.1.6 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA INTEGRADA ÀS EDIFICAÇÕES E TECNOLOGIAS FOTOVOLTAICAS ORGÂNICAS (VOLTAICO 2)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0432.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
agosto/2010	agosto/2015	08 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 2.736.802,70	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	60 meses	Homero Mauricio Schneider
Origem:		
Encomenda vertical de projeto de pesquisa.		

O projeto VOLTAICO 2 foi concebido para permitir atividades mais intensas do CTI na área fotovoltaica. Tal qual o projeto EMPAVAN, este realizou um grande investimento e infraestrutura. Atualmente estão sendo desenvolvido os processos de encapsulamento de painéis solares para aplicações arquitetônicas.

A infraestrutura está instalada e foi inaugurada em agosto de 2014, tendo recebido o nome de “Laboratório de Energia Fotovoltaica Richard Louis Anderson”. Atualmente está ocorrendo o desenvolvimento de processos e capacitação da equipe técnica do CTI.

5.1.1.7 LABORATÓRIO DE IMAGEAMENTO PARA MICRO/NANOELETRÔNICA E TECNOLOGIA 3D (LIMICRO)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.14.0132.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
maio/2014	maio/2017	17 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 1.861.185,00	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	36 meses	Fernando Ely
Origem:		
Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2013		

Este projeto visa a aquisição de equipamentos para modernização e qualificação do Laboratório de Imageamento para Micro/Nanoeletrônica e Tecnologias 3D (LImicro)

destinado a projetos e serviços tecnológicos de caráter multiusuário em microeletrônica e impressão 3D. Mais especificamente, trata da aquisição de um microscópio MEV e um microtomógrafo de raios-X.

Apesar de vigente desde maio de 2014, a liberação dos recursos não ocorreu naquele ano.

5.1.2 Subgrupo II: Gestão e redes tecnológicas

Neste Subgrupo constam os projetos voltados à cooperação em atividades de gestão e capacitação. Enquadram-se neste subgrupo dos projetos de manutenção das redes tecnológicas no âmbito no Programa SIBRATEC, e dos centros de treinamento e formação de projetistas de circuitos integrados, vinculado ao Programa CI Brasil. Seis projetos foram enquadrados nesta categoria:

- *Rede Sibratec de centros de inovação em eletrônica para produtos (CIEPP);*
- *Estruturação do Arranjo de NIT's das regiões de São Paulo e sul de Minas Gerais (RDMANTIQ);*
- *Gerenciamento da Rede de Microeletrônica e supervisão dos projetos de dispositivos micro eletrônicos (SIBRACIBR);*
- *Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (GESTÃO PDE);*
- *Programa de Capacitação em Projetos de CI – Implantação de Centro de Treinamento (CIBRCTS);*
- *Gestão financeira e administrativa do CTI-Tec.*

A gestão de redes, de maneira geral, envolve a parceria com diversas outras instituições, que participam dos convênios como entidades co-executoras. As entidades vinculadas a estes convênios e citadas no texto estão relacionadas na Tabela 19.

Tabela 19. Entidades co-executoras dos convênios de cooperação relacionados à gestão de redes.

Sigla	Entidade
ABTLuS	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron
CT-PIM	Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus
CESAR	Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CEITEC	Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada
Von Braun Labs	Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun
Finatel	Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações
FUCAPI	Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica
CERTI	Fundação Centros de Referência em Tecnologia Avançada
Instituto CERTI	Instituto Certi - Amazônia
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

Sigla	Entidade
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
Eldorado	Instituto de Pesquisas Eldorado
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
INT-Nordeste	Instituto Nacional de Tecnologia – Nordeste
MAGLAB/UFSC	Laboratório de Eletromagnetismo e Compatibilidade Eletromagnética
LIEM/CIENTEC	Laboratório de Interferência Eletromagnética / Fundação de Ciência e Tecnologia
LSI-TEC	Laboratório de Sistema Integráveis
LNA	Laboratório Nacional de Astrofísica
LACTEC	Institutos Lactec
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Senai CIMATEC	Faculdade de Tecnologia Senai CIMATEC
UNIVAP	Universidade do Vale do Paraíba
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

5.1.2.1 REDE SIBRATEC DE CENTROS DE INOVAÇÃO EM ELETRÔNICA PARA PRODUTOS (CIEPP)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.12.0218.00	Finep	Fundação CERTI
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2012	junho/2015	06 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 485.330,80	não há	não há
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	36 meses	Günther Pfeiffer
Origem:		
Encomenda transversal SIBRATEC – Redes de Inovação		

Rede Sibratec de Centros de Inovação que envolve as seguintes entidades: CTI Renato Archer, a Fundação CERTI, a UFRGS, a UFC, o SENAI CIMATEC, o INT – Nordeste, o Instituto Certi, a Finatel, o LSI-Tec e o Lactec.

A rede tem por objetivo selecionar propostas de projetos a serem executados por meio de parcerias empresas/ICTs. O financiamento dos projetos de pesquisa é feito pela Finep. Os recursos do projeto são empregados nas atividades de gestão da Rede.

5.1.2.2 ESTRUTURAÇÃO DO ARRANJO DE NIT'S DAS REGIÕES DE SÃO PAULO E SUL DE MINAS GERAIS (RDMANTIQ)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0279.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2010	junho/2015	06 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 1.078.040,00	02 a 04	03
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	60 meses	João de Oliveira Júnior
Origem:		
Encomenda transversal de projetos de pesquisa		

Este projeto visava a estruturação dos núcleos de inovação tecnológica (NIT) vinculados às seguintes instituições de ciência e tecnologia: o LNA, o INPE, a ABTLuS, o CTI Renato Archer, a UNIVAP e o Von Braun Labs.

Através do projeto estão sendo promovidas ações de capacitação, disseminação da cultura de proteção às criações intelectuais e de transferência de tecnologia para o setor empresarial, além da difusão de boas práticas de gestão de políticas de inovação.

5.1.2.3 GERENCIAMENTO DA REDE DE MICROELETRÔNICA E SUPERVISÃO DOS PROJETOS DE DISPOSITIVOS MICRO ELETRÔNICOS (SIBRACIBR)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0785.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2010	dezembro/2015	12 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 661.182,00	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	60 meses	Victor Pellegrini Mammana
Origem:		
Encomenda transversal SIBRATEC – Redes de Centros de Inovação		

Rede Sibratec de Centros de Inovação da qual participam: o CTI, a UFSM, o CESAR, o LSI-TEC, o Instituto Eldorado, a Finatel, o Senai CIMATEC, o INT-Nordeste, o Von Braun Labs, o CEITEC, a UFRGS e o CT-PIM.

A rede tem por objetivo selecionar propostas de projetos que envolvam inovação em dispositivos eletrônicos e optoeletrônicos. Os projetos devem ser executados por meio de parcerias empresas/ICTs. O financiamento dos projetos de pesquisa é feito pela Finep. Os recursos do projeto são empregados nas atividades de gestão da Rede.

5.1.2.4 REDE DE PRODUTOS E DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS (GESTÃO PDE)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0516.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
outubro/2010	outubro/2015	10 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 6.861.569,54	01 a 02	03
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	60 meses	Marcos B. Cotovia Pimentel
Origem:		
Encomenda SIBRATEC – Redes de Serviços Tecnológicos		

Rede Sibratec de Centros de Inovação da qual participam: o CTI Renato Archer, a Finatel, o LIEM/CIENTEC, a FUCAPI, o INT, o MAGLAB, o INPE, o TECPAR, o Senai CIMATEC, o IPT, a PUCRS e o CT-PIM.

A Rede tem por objetivo disponibilizar para as empresas nacionais serviços tecnológicos de qualificação e certificação na área de tecnologia da informação (eletrônica, informática e telecomunicações).

5.1.2.5 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM PROJETOS DE CI – IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO (CIBRCTS)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.10.0344.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2010	março/2014	encerrado
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 10.976.360,00	05 a 07	03
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	60 meses	Victor Pellegrini Mammana
Origem:		
Encomenda transversal de projetos de pesquisa		

Por meio do projeto CIBRCTS foram estruturados os Centros de Treinamento (CTs) para formação de projetistas de circuitos integrados. O treinamento é oferecido para graduados e profissionais da área de microeletrônica. Foram implantados dois centros de treinamento: o CT-1, na Universidade Federal da Rio Grande do Sul, e o CT-2, no CTI Renato Archer.

Os servidores públicos Oscar Salviano Silva Filho e Eric Ericson Fabris receberam pagamento de bolsa de auxílio por este projeto, conforme já colocado neste relatório.

5.1.2.6 GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA DO CTI-TEC

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
00.67	não se aplica	CTI Renato Archer / Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
outubro/2012	outubro/2017	34 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
não se aplica	não há	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
60 meses	60 meses	Victor Pellegrini Mammana
Origem:		
Encomenda transversal de projetos de pesquisa		

Este convênio foi estabelecido entre a Facti e o CTI em 2012, e prevê o apoio da Fundação da gestão do parque tecnológico CTI-Tec, que deve ter seu primeiro módulo predial finalizado em 2015.

5.1.3 Subgrupo III: Desenvolvimento de processos e dispositivos

Neste Subgrupo foram enquadrados os projetos onde é possível identificar esforços de desenvolvimento de processos e dispositivos inovadores, através de técnicas de produção ou caracterização. Trata-se dos sete projetos listados a seguir:

- *Desenvolvimento de CI's tolerantes à radiação (CITAR);*
- *Desenvolvimento tecnológico e inovação em tecnologia assistiva no CTI Renato Archer (DTITA);*
- *Desenvolvimento de circuito integrado para energy harvesting: caracterização e qualificação (EH01CQ);*
- *Desenvolvimento de tecnologia para tratamento de resíduos eletrônicos (REMATRONIC);*
- *Estudo de permeabilidade e porosidade de corpos de prova sintéticos utilizando tecnologias tridimensionais (DT3DBR);*
- *Dispositivos de memórias semicondutores nanoestruturados (MEMRISTOR);*
- *Plataforma para Desenvolvimento de Circuitos Integrados Fotônicos em Silício (SMART II);*
- *Inovações Tecnológicas E Infraestrutura Para Apoiar A Distribuição De Serviços De Internet De Banda (NGINOVIA).*

Mais detalhes destes projetos são apresentados a seguir.

5.1.3.1 DESENVOLVIMENTO DE CI'S TOLERANTES À RADIAÇÃO (CITAR)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.12.0224.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2012	junho/2016	18 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 16.272.963,08	14 a 20	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	48 meses	Saulo Finco
Origem:		
Encomenda transversal de projetos de pesquisa		

O projeto CITAR é uma ação que congrega diversas instituições no esforço de realização do ciclo completo (especificação, projeto, simulação, layout, envio para fabricação, encapsulamento, teste e qualificação) de desenvolvimento de Circuitos Integrados tolerantes a radiações, para aplicações aeroespaciais e afins. As atividades serão focadas no desenvolvimento de CI's demandados pelo programa espacial brasileiro. Sob coordenação do CTI Renato Archer, as seguintes instituições participam deste esforço: o Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, o Centro Universitário da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), a Agência Espacial Brasileira (AEB), o INPE, o Instituto de Física da USP (IFUSP), o Instituto de Estudos Avançados (IEAV).

Este projeto está sendo executado na filial da Facti criada no município de Atibaia.

5.1.3.2 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CTI RENATO ARCHER (DTITA)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.13.0038.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
março/2013	outubro/2016	22 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 8.279.784,48	03 a 06	06
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	36 meses	Victor Pellegrini Mammana
Origem:		
Encomenda vertical de projetos de pesquisa		

O projeto DTITA tem o objetivo de estruturar um núcleo de desenvolvimento de tecnologia assistiva no CTI Renato Archer. Para tanto, fomenta a execução de seis linhas de projetos de pesquisa independentes, que devem ser articuladas através de um modelo de gestão de rede. As linhas de pesquisa fomentadas são as seguintes:

- Meta 1: Desenvolvimento de Leitor Digital Autônomo;
- Meta 2: Criação da Rede Nacional de Captura de Movimentos;
- Meta 3: Aprimoramento da Interface de Comunicação AUXILIS;
- Meta 4: Desenvolvimento de Lousa Digital com Resposta Motora;
- Meta 5: Estabelecimento de Técnicas de Prototipagem Rápida para Próteses;
- Meta 6: Desenvolvimento de Display Táctil baseado na tecnologia SAW.

5.1.3.3 DESENVOLVIMENTO DE CIRCUITO INTEGRADO PARA ENERGY HARVESTING: CARACTERIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO (EH01CQ)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.12.0486.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2012	dezembro/2015	12 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 961.941,30	02 a 03	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
24 meses	36 meses	Marcos B. Cotovia Pimentel
Origem:		
Encomenda transversal SIBRATEC – Redes de Centros de Inovação		

Projeto fomentado com recursos provenientes da Rede SIBRATEC de Microeletrônica, conta com participação do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR, e da empresa Consultoria, Pesquisa E Projetos Em Tecnologia Da Informação S.A. - SILICONREEF. Sob coordenação do CTI Renato Archer, o projeto proposto consiste no desenvolvimento de um circuito integrado (CI) de sinal misto destinado a aplicações de "Energy Harvesting", especificamente para carregadores solares de baterias de íons de lítio.

Uma parcela dos recursos para execução é aportada pela empresa SiliconReef, a título de contrapartida financeira.

5.1.3.4 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS ELETRÔNICOS (REMATRONIC)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
13.2.0837.1	BNDES	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
fevereiro/2014	fevereiro/2017	26 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 7.962.833,43	03 a 09	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	36 meses	José Rocha A. da Silva
Origem:		
Fundo Tecnológico – BNDES Funtec		

O projeto REMATRONIC visa o desenvolvimento de um processo inovador para recuperação, em escala industrial, de materiais de placas eletrônicas provenientes de resíduos eletroeletrônicos, na melhor relação entre custo, rendimento e impacto ambiental, considerando o contexto brasileiro. Participa do processo de execução a empresa Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda. (GRI), que integra o Grupo SOLVÍ – Soluções para a Vida.

Uma parcela dos recursos para execução é aportada pela empresa GRI, a título de contrapartida financeira. Os servidores José Rocha Andrade Silva e Sebastião Eleutério Filho vêm recebendo bolsa de inovação pelas atividades desenvolvidas neste projeto.

5.1.3.5 ESTUDO DE PERMEABILIDADE E POROSIDADE DE CORPOS DE PROVA SINTÉTICOS UTILIZANDO TECNOLOGIAS TRIDIMENSIONAIS (DT3DBR)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
0050.0069690.119	PETROBRAS	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2011	dezembro/2015	12 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 2.663.522,00	02 a 03	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
36 meses	48 meses	Jorge Vicente Lopes da Silva
Origem:		
Investimento em P&D exigido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP		

Este projeto visa a aplicação de corpos de prova gerados a partir de técnicas de prototipagem rápida para a realização de estudos de porosidade e permeabilidade a fluidos viscosos.

Os servidores Jorge Lopes da Silva, Izaque Alves Maia e Marcelo Fernandes de Oliveira vem recebendo bolsa de inovação pelas atividades desenvolvidas nestes projetos.

5.1.3.6 DISPOSITIVOS DE MEMÓRIAS SEMICONDUTORES NANOESTRUTURADOS (MEMRISTOR)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
059/2014	HP Brasil R&D	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
maio/2014	dezembro/2014	encerrado
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 1.483.629,96	07 a 11	04
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
08 meses	08 meses	Victor Pellegrini Mammana
Origem:		
Obrigação de investimento em P&D determinada na Lei de Informática		

Este projeto visa o desenvolvimento e caracterização elétrica de dispositivos semicondutores direcionados para aplicação em dispositivos de armazenamento eletrônico.

5.1.3.7 PLATAFORMA PARA DESENVOLVIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS FOTÔNICOS EM SILÍCIO (SMART II)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
SMT-DIV-048/12	SMART Modular Technologies	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2013	abril/2015	04 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 1.154.079,52	08 a 10	não há
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
08 meses	08 meses	Stefan Tenenbaum
Origem:		
Obrigação de investimento em P&D determinada no PADIS		

Este visa projeto tem como objeto o teste e consolidação da plataforma de desenvolvimento de circuitos integrados com tecnologia de fotônica em silício, explorando a infraestrutura implantada nas fases anteriores do projeto.

5.1.3.8 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E INFRAESTRUTURA PARA APOIAR A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DE BANDA (NGINOVA)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.14.0235.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2014	dezembro 2018	48 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 1.911.180,00	não há	não há
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
48 meses	48 meses	Roberto Ricardo Panepucci
Origem:		
Seleção Pública De Apoio À Inovação Tecnológica - Inova Telecom		

Projeto concedido no contexto da linha de fomento INOVA Telecom, tem a empresa Mob Serviço De Telecomunicações Eireli como co-executora.

O objetivo do projeto é o desenvolvimento de uma plataforma inovadora de expansão de capilaridade (massificação), auto provisionamento e autosserviço compatível com a tecnologia GPON para apoiar a distribuição de acesso à internet, telefonia e iptv, através de redes de fibra ótica (GPON BPLC). O sistema realizará o auto diagnóstico do serviço, visando acelerar o processo de resolução de problemas, diminuindo o número de chamados ao atendimento da Mob, bem como o número de visitas improdutivas ao cliente. Irá verificar

todos os parâmetros da conexão, e caso alguma configuração esteja fora dos padrões, ele irá corrigir automaticamente, caso seja um problema físico, irá orientar o cliente. Deverá atender todas as regiões atendidas pela Mob Serviços, a saber: Iguatu, Fortaleza, Tabuleiro do Norte, Juazeiro do Norte, Quixadá, Limoeiro, Crato e Sobral.

Até o encerramento do exercício a Finep não havia liberado os recursos financeiros de execução.

5.1.4 Subgrupo IV: Desenvolvimento de softwares e sistemas

Neste Subgrupo, relacionados com atividades que envolvem pesquisa e inovação na área de software, há dois projetos:

- *Implementação da CERTICS – Certificação de Tecnologia Nacional de Software (CERTICS);*
- *Novas metodologias de desenvolvimento e teste de software (BR-AUTO).*

Mais detalhes de ambos os esforços são apresentados abaixo.

5.1.4.1 IMPLEMENTAÇÃO DA CERTICS – CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA NACIONAL DE SOFTWARE (CERTICS)

Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
01.13.0093.00	Finep	CTI Renato Archer
Início:	Término:	Tempo Restante:
maio/2013	julho/2015	07 meses
Valor total:	Nº de profissionais Facti alocados:	Nº de servidores alocados:
R\$ 6.438.495,90	11 a 20	02
Prazo de execução original:	Prazo de execução atual:	Coordenador:
14 meses	20 meses	Angela Maria Alves
Origem:		
Encomenda vertical de projeto de pesquisa		

Este projeto visa a implantação de uma unidade de avaliação de produtos de software resultante de desenvolvimento tecnológico e inovação realizados no País (tecnologia nacional). Envolve o mapeamento, desenho e implantação dos processos envolvidos na avaliação de software, bem como a implantação de uma infraestrutura de recursos humanos, sistemas automatizados, para operacionalizar esta avaliação.

5.1.4.2 NOVAS METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO E TESTE DE SOFTWARE (BR-AUTO)

Nº instrumento: s/n	Financiador/Contratante: OKI Brasil	Executor: Facti
Início: setembro/2013	Término: fevereiro/2015	Tempo Restante: 02 meses
Valor total: R\$ 6.156.000,18	Nº de profissionais Facti alocados: 35	Nº de servidores alocados: não há
Prazo de execução original: 17 meses	Prazo de execução atual: 17 meses	Coordenador: Carlos Henrique Ferreira
Origem: Obrigação de investimento em P&D determinada na Lei de Informática		

Este projeto visa o aperfeiçoamento e evolução de um conjunto de sistemas de software comerciais da BR Automação, voltados ao mercado de plataformas de frente de caixa. São desenvolvidos e testados recursos inovadores, usando as tecnologias e protocolos mais recentes.

5.2 Contratos de pesquisa e desenvolvimento ou gestão

Os contratos de P&D ou gestão vigentes no exercício 2014 estão listados na Tabela 20.

Tabela 20. Carteira de contratos de p&d ou gestão vigentes em 2014.

Projeto/Contrato	Início	Término	Valor Global (R\$)	Subgrupo de Classificação	Carteira / Subgrupo (R\$)
TERC-CTI	Out/11	Abr/15	3.200.302,15		
LANAGRO-SP	Jun/12	Fev/15	7.009.389,75	Subgrupo I	13.738.705,43
LANAGRO-MG	Jun/13	Jun/14	3.529.013,53		
ACREDITAÇÃO	Dez/13	Dez/15	998.057,00		
CEMADEN-INT	Nov/13	Nov/14	3.479.000,00	Subgrupo II	10.212.057,00
CEMADEN-INT II	Nov/14	Nov/15	5.735.000,00		
SIGTEC	Jul/12	Dez/15	2.317.936,40		
CEMADEN-DEV	Nov/13	Nov/14	2.885.202,00		
CEMADEN-DEV-II	Nov/14	Nov/15	3.625.000,00		
COMCOLAB	Dez/14	Jun/15	200.000,00	Subgrupo III	29.178.138,40
ORÁCULO	Dez/13	Dez/14	750.000,00		
SLTI	Set/14	Mai/16	1.750.000,00		
AVALRDA	Set/14	Set/16	17.650.000,00		
3DSAÚDE	Dez/13	Dez/15	1.823.000,00		
TSE III	Nov/11	Out/14	4.874.158,40		
TSE DISPLAYS	Ago/14	Fev/15	1.059.199,00	Subgrupo IV	11.805.884,51
COELCE-PC	Abr/13	Out/15	703.681,46		

Projeto/Contrato	Início	Término	Valor Global (R\$)	Subgrupo de Classificação	Carteira / Subgrupo (R\$)
COELCE-MP	Ago/11	Jun/15	515.445,65		
CELESC	Fev/13	Ago/15	2.830.400,00		
			64.934.785,34		

Na mesma linha adotada para os projetos, na Tabela 20 é apresentada uma classificação em subgrupos, que vão de I a IV. Os contextos de cada subgrupo são os seguintes:

- **Subgrupo I: Serviços continuados** - 03 contratos, caracterizados pela disponibilização de equipes para prestação de serviço continuado de natureza técnica ou administrativa.
- **Subgrupo II: Organização e gestão de processos** - 03 contratos, caracterizados pela atuação na organização e gestão de processos, planejamento, definição de procedimentos e capacitação de outros agentes.
- **Subgrupo III: Especificação e desenvolvimento de sistemas** - 07 contratos, cujos objetos estão relacionados com o levantamento de requisitos, especificação e desenvolvimento de plataformas para gerenciamento e tratamento de informações diversas.
- **Subgrupo IV: Desenvolvimento de processos, materiais e dispositivos** - 06 contratos, cujos objetos estão relacionados atividades de pesquisa e desenvolvimento de processos tecnológicos, dispositivos e materiais.

Detalhes dos contratos listados são apresentados a seguir.

5.2.1 **Subgrupo I: Serviços continuados**

No Subgrupo I da modalidade contratos foram agrupados os esforços relacionados ao provimento de mão de obra continuada para os órgãos contratantes. A Facti começou a atuar com este tipo de objeto em 2010, quando assumiu o contrato de terceirização do CTI Renato Archer em caráter emergencial, visando cobrir o abandono da empresa contratada. O reconhecimento do êxito e profissionalismo com que conduziu esta ação motivaram a Fundação a buscar a prestação de serviço para outros órgãos. Todas as contratações deste grupo ocorreram através de processos de licitação, dado que se trata de objeto comum que não pode ser contratado por meio de dispensa de licitação.

Há três contratos neste Subgrupo:

- *Serviços continuados de apoio administrativo (TERC-CTI);*
- *Serviços continuados de apoio técnico e administrativo (LANAGRO-SP);*

- *Serviços continuados de apoio técnico e administrativo (LANAGRO-MG).*

5.2.1.1 SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (TERC-CTI)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços continuados de apoio administrativo com mão de obra exclusiva		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
178/2011	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
outubro/2011	abril/2015	04 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 3.200.302,15	09 a 03	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer		

O contrato 178/2011 decorre de uma licitação promovida pelo CTI Renato Archer em 2011. O objeto é o fornecimento de serviço continuado de apoio administrado, no qual a Fundação disponibiliza ao órgão profissionais para atuar em postos administrativos do órgão. O número de postos contratados foi sendo reduzido nos últimos anos, tendo encerrado o ano de 2014 com três postos preenchidos.

5.2.1.2 SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (LANAGRO-SP)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços continuados de apoio administrativo com mão de obra exclusiva		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
02/2012	Laboratório Nacional Agropecuário	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2012	fevereiro/2015	02 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 7.009.389,75	62 a 67	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Laboratório Nacional Agropecuário - SP		

O contrato 02/2012 foi firmado com o Laboratório Nacional Agropecuário em 2012, e tinha como objeto o provimento de equipes técnicas e administrativas para atuar nos laboratórios da Lanagro localizados nas cidades de Jundiá e Campinas. Posteriormente foi elaborado um aditivo para alocação de equipes em São Paulo.

Em dezembro de 2014, apenas a cidade de Campinas estava sendo atendida, e não havia perspectiva de renovação do contrato em função de vedações jurídicas.

5.2.1.3 SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (LANAGRO-MG)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços continuados de apoio administrativo com mão de obra exclusiva		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
16/2013	Laboratório Nacional Agropecuário	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
junho/2013	junho/2014	encerrado
Valor Global	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 3.529.013,53	61 a 64	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Laboratório Nacional Agropecuário - MG		

O contrato 16/2013 foi firmado com o Laboratório Nacional Agropecuário - MG em 2013, e tinha como objeto o provimento de equipes técnicas e administrativas para atuar nos laboratórios da Lanagro localizados nas cidades de Pedro Leopoldo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O contrato foi encerrado após o primeiro ano de vigência em função de uma determinação do Ministério Público, que possui o entendimento de que as funções atreladas aos postos de trabalho providos pela Facti deveriam ser exercidas por servidores públicos.

5.2.2 Subgrupo II: Organização e gestão de processos

No Subgrupo II da modalidade contratos foram agrupados os esforços relacionados à gestão de processos, que no presente contexto deve ser observada de maneira abrangente. A característica principal observada é o esforço de organização, planejamento e procedimentação de ações. Os contratos aqui acolhidos possuem escopos bastante distintos, entretanto tais características são comuns.

Há três contratos neste Subgrupo:

- *Expansão da plataforma de coleta de dados pluviométricos – Fase I (CEMADEN-INT)* ;
- *Expansão da plataforma de coleta de dados pluviométricos – Fase II (CEMADEN-INT II)*;
- *Acreditação laboratorial no CTI (ACREDITAÇÃO).*

5.2.2.1 EXPANSÃO DA PLATAFORMA DE COLETA DE DADOS PLUVIOMÉTRICOS – FASE I (CEMADEN-INT)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços técnicos especializados em gestão, implantação, otimização, configuração e calibração da plataforma de coleta de dados pluviométricos (PCD's)		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
210/2013	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2013	novembro/2014	encerrado
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 3.479.256,00	17	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI (SEPED/MCTI)		

O apoio da Facti ao esforço de instalação ocorreu para atender uma demanda do MCTI, que constituiu um esforço multi-institucional para atuar na implantação da rede a fim de que estivesse minimamente operante antes do início do período de chuvas (dezembro-janeiro), em 2013. A Facti foi contratada para gerir o esforço, tendo sido lhe reservado o planejamento logístico, a configuração dos equipamentos, a definição de peças e insumos acessórios, a preparação das missões de instalação, assim como a execução de operações de instalação com equipes próprias.

Para atingir os objetivos almejados nesta atividade, a Facti montou uma equipe de técnicos e gestores oriundos da reserva militar, alguns com experiência em ações logísticas em cenário de desastre, tendo atuado, inclusive, nas operações de socorro ao Haiti. A contratação da Facti para a execução desta atividade foi amparada na emergência de mitigação do risco de perda de vidas em função dos desastres naturais típicos dos períodos de chuva intensa.

5.2.2.2 EXPANSÃO DA PLATAFORMA DE COLETA DE DADOS PLUVIOMÉTRICOS – FASE II (CEMADEN-INT II)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços técnicos especializados em gestão, implantação, otimização, configuração e calibração da plataforma de coleta de dados pluviométricos (PCD's)		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
249/2014	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2014	novembro/2015	10 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 5.735.000,00	18 a 20	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI (SEPED/MCTI)		

Um função do êxito obtido na ação gestão realizada na Fase I, a Facti foi contratada para executar uma segunda etapa. Para esta fase também foi prevista a instalação de estações sensoras mais complexas, com um número maior de instrumentos que permitem o monitoramento de outros parâmetros climáticos.

5.2.2.3 ACREDITAÇÃO LABORATORIAL NO CTI (ACREDITAÇÃO)

Objeto contratado:		
Execução do projeto de desenvolvimento institucional para certificação e acreditação laboratorial.		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
214/2013	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2013	dezembro/2015	12 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 998.057,88	02	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI (SCUP/MCTI)		

Através deste contrato a Facti presta apoio técnico ao CTI Renato Archer na organização dos processos de suas áreas técnicas e administrativas de forma que estes estejam alinhadas aos requisitos das normas técnicas como a ISO 9001 e ISO 17.025. Além da adaptação dos processos é necessário o acultramento das equipes que possam incorporar os novos procedimentos na sua rotina de trabalho, o que também é realizado pela equipe de especialistas da Facti.

5.2.3 Subgrupo III: Especificação e desenvolvimento de sistemas

No Subgrupo III da modalidade contratos foram agrupados os esforços relacionados ao desenvolvimento de sistemas e plataformas tecnológicas para serem empregadas em políticas ou processos de natureza pública, visando conferir celeridade e precisão e eficiência a estas ações. São sistemas de tratamento de dados, de gerenciamento de rede, plataformas colaborativas, entre outros.

Há sete contratos neste Subgrupo:

- *Implantação e desenvolvimento do sistema de gerenciamento de informações tecnológicas (SIGTEC);*
- *Desenvolvimento dos sistemas SALVAR e SGRP – Fase I (CEMADEN-DEV);*
- *Desenvolvimento dos sistemas SALVAR e SGRP – Fase II (CEMADEN-DEV II);*
- *Processo de compras colaborativas (COMCOLAB);*
- *Base de dados de atividades cibernéticas (ORÁCULO);*
- *Arquitetura de software para gestão de riscos de segurança (SLTI);*
- *Desenvolvimento de metodologia de avaliação dos RDAs (AVALRDA).*

5.2.3.1 IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS (SIGTEC)

Objeto contratado:		
Apoio à implantação do SIGTEC e capacitação de usuários nas unidades de pesquisa do MCTI		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
186/2012	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
julho/2012	dezembro/2015	12 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 2.317.936,40	07 a 08	Desenvolvimento de Sistemas
Stakeholder atendido:		
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI (SCUP/MCTI)		

O contrato 186/2012 possui como objeto o desenvolvimento e suporte ao SIGTEC, sistema de gestão desenvolvido no CTI Renato Archer e implantado em outras unidades de pesquisa do MCTI. A Facti assumiu o desenvolvimento do SIGTEC após uma empresa terceirizada pelo CTI ter gerado a versão web do sistema. Os profissionais da fundação são responsáveis pelas atividades de desenvolvimento, implantação do sistema nas unidades de pesquisa, assim como pelo suporte aos usuários gestores destas entidades.

5.2.3.2 DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS SALVAR E SGRP – FASE I (CEMADEN-DEV)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços de execução do projeto institucional conjunto do CEMADEN e CTI, visando o desenvolvimento e implantação progressiva do SGRP e SALVAR.		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
209/2013	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2013	novembro/2014	encerrado
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 2.885.202,00	15	Desenvolvimento de Sistemas
Stakeholder atendido:		
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI (SEPED/MCTI)		

O desenvolvimento dos sistemas SGRP e SALVAR está diretamente vinculado à Política Nacional de Prevenção de Desastres Naturais. O sistema de monitoramento de desastres naturais opera a partir dos sinais coletados pela rede de pluviômetros automáticos e outros sensores de campo instalados em todo o território nacional. Os dados de precipitação captados por estes equipamentos alimentam uma sala de situação que opera em regime 24/7, onde operadores emitem os alertas para as defesas civis estaduais caso a precipitação alcance limites críticos em algum local. O sistema SGRP é responsável pela integração e comunicação da rede de pluviômetros, enquanto o sistema SALVAR realiza o tratamento dos dados para que possam ser adequadamente visualizados na sala de situação e no sítio eletrônico do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN. As equipes da Facti assumiram esta atividade de desenvolvimento em 2013, a partir de versões originais desenvolvidas pelas equipes do CTI Renato Archer.

A equipe de desenvolvimento do sistema SGRP estão alocadas em Campinas, enquanto a equipe responsável pelo sistema SALVAR está alocada em Cachoeira Paulista – SP, nas instalações do CEMADEN.

5.2.3.3 DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS SALVAR E SGRP – FASE II (CEMADEN-DEV II)

Objeto contratado:		
Execução de projeto de aprimoramento e desenvolvimento (2º ciclo) de novas versões do sistema de gerenciamento remoto das plataformas de coleta de dados (SGRP), e do sistema de integração, manipulação e visualização de dados para a tomada de decisões e emissão de alertas do CEMADEN (SALVAR).		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
248/2014	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2014	novembro/2015	10 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 3.625.000,00	15	Sistemas Embarcados
Stakeholder atendido:		
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI (SEPED/MCTI)		

O contrato 248/2014 é uma continuidade do anterior, e deve acomodar as atividades do segundo ciclo de desenvolvimento, no qual o sistema de integração das PCD's é aprimorado para promover o gerenciamento de uma diversidade maior de dispositivos sensores. O mesmo se aplica ao sistema SALVAR, que precisa estar apto a tratar dados em maior quantidade e diversidade.

5.2.3.4 PROCESSO DE COMPRAS COLABORATIVAS (COMCOLAB)

Objeto contratado:		
Identificação e análise de modelos de compras colaborativas		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
258/2014	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2014	junho/2015	06 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 200.000,00	01	Gestão de Processos
Stakeholder atendido:		
Advocacia-Geral da União (AGU)		

Este contrato tem como objeto o mapeamento do processo de elaboração de compras colaborativas que vem sendo exercitado pelo Consultoria Jurídica da União em São Paulo, de modo a elaborar uma especificação de uma plataforma eletrônica para amparar este processo.

5.2.3.5 BASE DE DADOS DE ATIVIDADES CIBERNÉTICAS (ORÁCULO)

Objeto contratado:		
Prestação de serviços de execução da fase de projeto (design) do desenvolvimento do Sistema Oráculo, que deverá auxiliar o Departamento de Polícia Federal (DPF) na investigação de crimes de alta tecnologia.		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
216/2013	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2013	dezembro/2014	encerrado
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 750.000,00	02 a 04	Segurança da Informação
Stakeholder atendido:		
Departamento de Polícia Federal		

Este contrato teve por objetivo a criação de uma base dados com informações provenientes de atividades cibernéticas maliciosas e de ferramentas computacionais que permitissem a análise e correlação destes dados, de modo que possam auxiliar nos processos investigatórios da Polícia Federal.

5.2.3.6 ARQUITETURA DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE RISCOS DE SEGURANÇA (SLTI)

Objeto contratado:		
Execução de projeto de desenvolvimento tecnológico e estímulo a inovação, nos termos do art 1º da Lei n.º 8.958/94 visando a elaboração de metodologia de gestão de riscos de segurança da informação e a especificação e desenvolvimento de um sistema computacional público e de arquitetura aberta.		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
250/2014	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2014	maio/2016	17 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 1.750.000,00	02	Segurança da Informação
Stakeholder atendido:		
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG)		

Este contrato visa o desenvolvimento de uma metodologia para gestão de riscos associados à segurança da informação, compatível com as práticas administrativas e leis que permeiam a Administração Pública Federal (APF). Esta ferramenta e metodologia, que devem ser de caráter livre e público, deverão ser difundidos para os órgão interessados da APF, em especial para aqueles que lidam com informações de nível crítico e ainda adotaram práticas que garantam o controle de acesso e o adequado resguardo destas informações.

5.2.3.7 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS RDAs (AVALRDA)

Objeto contratado:		
Execução de projeto de desenvolvimento de metodologia de avaliação e sua aplicação na análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais (RDA).		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
228/2014	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
setembro/2014	setembro/2016	21 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 17.650.000,00	08	Qualidade de Software
Stakeholder atendido:		
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		

Este contrato visa atender uma demanda direta do MCTI, responsável por aferir se o emprego de recursos oriundos de renúncia fiscal em atividades de pesquisa e desenvolvimento, no contexto da Lei 8.241/91 (Lei de Informática), obedecem aos requisitos previstos na lei. Desta forma, foi solicitado ao CTI e à Facti o desenvolvimento de uma metodologia que automatize parte do processo de análise e crie procedimentos amparados em critérios objetivos e claros para a avaliação do mérito das atividades declaradas. Esta metodologia deverá ser empregada para avaliar um volume de relatórios que se acumulou ao longo dos últimos anos.

Também é parte das atividades elaborar um relatório de avaliação crítica da eficiência desta política com relação à promoção de inovação no setor industrial. Esta análise será baseada nos indicadores coletados durante o processo de avaliação dos RDAs.

A execução deste contrato está cercada por rígidos procedimentos de segurança no que se refere à disponibilização e trânsito das informações. No processo seletivo dos profissionais que serão alocados também foram inseridas etapas extraordinárias para avaliação de conhecimento e mapeamento de perfil, de modo a garantir a maior aderência possível aos requisitos definidos. Este processo foi avaliado pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas, que acompanham as atividades deste contrato.

O sistema que permite a automatização da análise e a metodologia desenvolvida serão posteriormente transferidos para a Secretaria de Políticas de Informática do MCTI (SEPIN/MCTI) que deverá empregá-los dali em diante nos processos de análise.

5.2.4 Subgrupo IV: Desenvolvimento de processos, materiais e dispositivos

No Subgrupo IV da modalidade contratos foram agrupados os esforços relacionados ao desenvolvimento de processos tecnológicos, dispositivos e materiais.

Há seis contratos neste Subgrupo:

- *Tecnologias tridimensionais aplicadas na saúde (3DSAÚDE);*
- *Aprimoramento de hardware e software do sistema de votação eletrônico (TSE III);*
- *Reparo de displays das urnas eletrônicas (TSE-DISPLAYS);*
- *Curva de desempenho e análise de perfil comportamental (COELCE-PC);*
- *Desenvolvimento de materiais poliméricos (COELCE-MP);*
- *Sistema integrado antifurto (CELESC).*

5.2.4.1 TECNOLOGIAS TRIDIMENSIONAIS APLICADAS NA SAÚDE (3DSAÚDE)

Objeto contratado:		
Execução de projeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico intitulado "Tecnologias Tridimensionais na Redução de Custos dos Sistemas Públicos de Saúde - Aplicação e Consolidação de Metodologias e Protocolos".		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
217/2013	CTI Renato Archer	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
dezembro/2013	dezembro/2015	12 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 1.823.000,00	04 a 06	Tecnologias Tridimensionais
Stakeholder atendido:		
Ministério da Saúde		

Através deste contrato está sendo dada continuidade ao esforço de desenvolvimento e aprimoramento das metodologias, protocolos e aplicações para a tecnologia de prototipagem tridimensional na área da saúde, de forma a permitir ganhos de eficiência e eficácia nas etapas de diagnóstico, planejamento e realização de cirurgias que envolvam a aplicação de próteses e órteses de alto desempenho. Além disso, também estão incluídos no escopo deste contrato as atividades de desenvolvimento do software InVesalius e a capacitação das equipes de hospitais e centros médicos no uso dos sistema para melhor aplicação dos protocolos citados.

5.2.4.2 APRIMORAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICO (TSE III)

Objeto contratado:		
Contratação de serviços especializado para auxílio no aprimoramento tecnológico do sistema eletrônico de votação.		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
96/11	Tribunal Superior Eleitoral	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2011	outubro/2014	encerrado
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 4.874.158,40	04 a 13	Qualificação Eletrônica / Segurança da Informação
Stakeholder atendido:		
Tribunal Superior Eleitoral		

Por meio deste contrato as equipes dos núcleos de Qualificação Eletrônica e Segurança da Informação prestam consultoria com ao TSE com relação ao aprimoramento de aspectos de hardware e software das urnas eletrônicas. Entre as atividades estão incluídas avaliações de segurança de software, definição de protocolos para manutenção e armazenamento, entre outras.

O CTI Renato Archer coopera com a Facti na execução deste contrato através de um convênio específico firmado entre as duas instituições.

5.2.4.3 REPARO DE DISPLAYS DAS URNAS ELETRÔNICAS (TSE-DISPLAYS)

Objeto contratado:		
Contratação de serviços especializado para auxílio no aprimoramento tecnológico do sistema eletrônico de votação.		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
61/2014	Tribunal Superior Eleitoral	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
novembro/2011	fevereiro/2015	02 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 1.059.199,00	04 a 13	Empacotamento Eletrônico
Stakeholder atendido:		
Tribunal Superior Eleitoral		

Este contrato tem como objeto a realização de reparos nos displays das urnas eletrônicas de lotes mais antigos (2004 a 2008), que não estavam funcionando adequadamente. A previsão é que sejam reparadas mais de 3.000 unidades. O atividade de reparo envolve uma etapa de inspeção e classificação do defeito (triagem) e seu posterior

reparo e limpeza. O reparo requer a desmontagem do display em um ambiente laboratorial controlado. A principal causa de defeito observada é a degradação do filme polarizador, um componente essencial nos displays de cristal líquido.

5.2.4.4 CURVA DE DESEMPENHO E ANÁLISE DE PERFIL COMPORTAMENTAL (COELCE-PC)

Objeto contratado:		
Sistema de determinação de curva de desempenho de operadores de sistema com base no levantamento e análise do perfil comportamental		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
5600001870	Coelce	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
abril/2013	outubro/2015	10 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 703.681,46	01	Laboratório de Software
Stakeholder atendido:		
Companhia Energética do Ceará - Coelce		

Contrato firmado no contexto das linhas de fomento da ANEEL, promove o estudo do desempenho dos profissionais que operam a rede de distribuição com base na análise comportamental dos indivíduos. O levantamento de dados é realizado por meio de entrevistas e consulta a bases de dados de afastamentos e outras ocorrências. Com base nestes levantamentos são elaborados cenários de estudo e ambientes simulados para treinamento e novas aquisições de dados.

O trabalho de levantamento dos dados está sendo realizado pela equipe da Universidade de Fortaleza, que também é entidade executora do contrato. A Facti é responsável pela coordenação geral do projeto, acompanhamento das atividades e elaboração dos relatórios de acompanhamento.

5.2.4.5 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS POLIMÉRICOS (COELCE-MP)

Objeto contratado:		
Formulação polimérica para fabricação de postes, cruzetas e acessórios		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
5800009413	Coelce	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
agosto/2011	junho/2015	06 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 515.445,65	02	Materiais e Processos
Stakeholder atendido:		
Companhia Energética do Ceará - Coelce		

Outro contrato firmado com a Coelce no contexto das linhas de fomento à pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, tem por objetivo avaliar o uso de compostos poliméricos para a confecção de artefatos usados nas linhas de transmissão de energia elétrica. Os protótipos são obtidos e posteriormente submetidos a ensaios de rigidez elétrica e resistência mecânica. O contrato deve ser finalizado no próximo ano, devendo ser apresentado um relatório conclusivo dos materiais testados e resultados obtidos.

5.2.4.6 SISTEMA INTEGRADO ANTIFURTO (CELESC)

Objeto contratado:		
Sistema integrado remoto antifurto de medição com acesso à internet		
Nº instrumento:	Financiador/Contratante:	Executor:
49644	Celesc	Facti
Início:	Término:	Tempo Restante:
fevereiro/2013	agosto/2015	08 meses
Valor Global:	Nº de profissionais alocados em 2014:	Núcleo de competência executor:
R\$ 2.830.400,00	10 a 12	Sistemas de Hardware
Stakeholder atendido:		
Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc		

O objeto deste contrato é o desenvolvimento de uma solução tecnológica - hardware e software – para o gerenciamento remoto do consumo de energia elétrica. Este dispositivo está enquadrado nos conceitos de Smart Grid, que possibilitará uma nova forma de interação entre as distribuidoras de energia e o consumidor final.

6 CONCLUSÃO

O presente relatório apresentou um panorama das atividades operacionais da Facti no exercício 2014. Foram abordados os aspectos financeiro e contábil, os modelos de gestão e sustentabilidade, e a carteira de projetos e contratos vigentes no exercício.

Em 2014 a Facti obteve uma receita próxima de R\$ 40 milhões, a maior de sua história de atuação. A carteira de projetos e contratos vigentes naquele ano também chama atenção, ultrapassando os R\$ 150 milhões. São números que indicam uma forte intensificação das atividades, que precisou ser acomodada em período relativamente curto.

O alcance destes patamares de deve às parcerias de trabalho com o CTI Renato Archer, em especial na formato de contratação para prestação de serviços. O êxito obtido pelas duas instituições nas entregas realizadas para os órgão superiores elevou a confiança neste modelo de execução, que rapidamente passou a ser mais requisitado; tão rápido que exigiu um maior dispêndio com recursos humanos para que as demandas geradas pudessem ser absorvidas e trabalhadas no prazo necessário.

A atuação através dos contratos não é opcional. Os projetos relacionados com a execução de políticas públicas possuem um perfil diferente dos projetos de pesquisa, diminuindo a compatibilidade com as fontes de fomento tradicionalmente usadas.

O ano de 2014 também foi intenso também em outros aspectos. Mudanças no marco regulatório pertinente às atividades da Fundação, como o implemento dos Decretos 8.240 e 8.241/2014, exigiram a revisão e redesenho de processos internos e contínua interlocução com os órgãos fomentadores, a fim de evitar desencontros entre as práticas internas e as regras de execução.

O resultado financeiro do exercício salienta os elementos operacionais que precisam ser aprimorados em função da mudança nos modelos de relacionamento. É necessário um acompanhamento mais próximo dos indicadores de controle, financeiros e operacionais, assim como a adoção de ferramentas que permitam agir com mais eficiência e menos esforço. Estas medidas são fundamentais para adequar o custo operacional da Fundação ao novo volume de demandas, ao mesmo tempo em que este custo precisa se ajustar às restrições orçamentárias que devem se instalar no exercício que está porvir.

Além disso, uma revisão dos procedimentos e práticas de gestão precisa ser realizada. Este é um desafio que se faz presente pelas características particulares de seu modelo de atuação. Sendo suas fontes de receita majoritariamente dependentes da atuação institucional junto ao CTI, é necessário adequar sua estrutura operacional para acomodar

variações de demanda (projetos e contratos) com o mínimo impacto orçamentário. Medidas para se buscar este cenário devem ser propostas ao Conselho Curador em 2015.

Por fim, neste cenário de evidente crescimento, é evidente também a contribuição da Facti com a execução de inúmeras ações governamentais. É resultado de uma instituição que se apresentou a execução da sua missão institucional, com êxito reconhecido.

